

CAROLINA PADILHA FEDATTO

# ***MARGENS DO SUJEITO NO ESPAÇO URBANO***

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. *Suzy Lagazzi-Rodrigues*

CAMPINAS  
2007

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp**

F316m

Fedatto, Carolina Padilha.

Margens do sujeito no espaço urbano / Carolina Padilha Fedatto. --  
Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Vida urbana - Aspectos sociais. 2. Análise do Discurso. 3.  
Texto. I. Lagazzi-Rodrigues, Suzy Maria. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Margins of the subject in the urban space.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Urban life – Social aspects; Discourse Analysis; Text.

Título em francês: Marges du sujet dans l'espace urbain.

Palavras-chave em francês (mots-clé): Vie urbaine – Aspects sociaux; Analyse du Discours;  
Texte.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues (orientadora), Prof. Dr. José Horta Nunes, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eni Pulcinelli Orlandi. Suplentes: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Zink Bolognini e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.

Data da defesa: 15/02/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suzy Lagazzi-Rodrigues (orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eni Puccinelli Orlandi – Unicamp

---

Prof. Dr. José Horta Nunes – Unesp/Rio Preto

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmen Zink Bolognini – Unicamp (suplente)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Claudia R. Castellanos Pfeiffer – Labeurb (suplente)

Campinas, 15 de fevereiro de 2007.

Para Fátima e José Eduardo, meus pais

Para o Gustavo

Agradeço:

À Suzy, pelo eterno sorriso, pela confiança. Por suas lindas palavras, (e sacadas).

*Por ir na minha.* Orientadora brilhante, marcante, intensa!

Minha profunda admiração!

À Prof<sup>a</sup>. Eni, por *sempre* nos dar uma aula.

Ao Prof. José Horta, por sua entrada precisa e fundamental neste trabalho, pelas paixões afins!

À Prof<sup>a</sup>. Carmen, que me ensina tão docemente coisas que ainda nem sei dizer...

À Prof<sup>a</sup>. Claudia, querida, sempre presente: cuidadosamente!

Luísa, Ruth, Francisca, Maria Lúcia, Adriana,  
Josélia, Sheila, Marilda, Elza, Rosana, Alan, Moraes,  
Carlos, Ivana, Melaine, Ticianelli, Lúcia Helena,  
Márcia, Selma, Luciane, Laetitia, Gisele, Maria  
Tereza, Camilo, Marlene, Marli, Denise, Paulo, Ione,  
Valquíria, Maria José, Marilza, Sônia, Savius,  
Leciléia, Lina, Léia, Mara, Patrícia, Cida, Rita

pelo abc, pelas equações, redações, orações, pelo desenho das letras, pelas palavras, por seus sentidos, *lovely*, pelos mapas, pelas retas paralelas (que se cruzam!), pela História, pela luta, pelo significante, pela doçura, pelo capricho, pelo movimento uniformemente variável, pelas peras, maçãs e bananas, pela poesia, pelo teatro, pelo sarau, pelo átomo, pelas reações, pelos cadernos, provas, notas, trabalhos, exercícios, pelas surpresas, livros, recortes, pesquisas, por suas letras, pela caneta vermelha (que às vezes era verde!), pelos problemas, somas, subtrações, pelo compasso, pelo esquadro, pelo relevo, pela revolução francesa, cubana, russa, pela revolta dos alfaiates, da vacina, da chibata, pela análise combinatória, pelo inconsciente, pela filosofia, pelos castigos, gritos, silêncios, pela leitura em voz alta, pela(s) disciplina(s), pela chamada (oral), pelos abdominais, pelos pontos de vista, de fuga, de interseção, pelas memórias, pelos gráficos, eixos, seixos, pelos advérbios, pelos pronomes pessoais oblíquos, pelas rimas (brancas e ricas), pelo citoplasma, pela chuva, pela caligrafia, pelas deriv(ad)as...

Por suas vozes, suas falas: suas marcas.

Martha e Fátima, Ione:  
pela beleza das aulas, por  
me ensinarem muito mais  
do que Francês ou Russo.

Aos professores:

Angel, Eduardo, Fausta, Maza, Mônica, Jairo, Márcia, Carmen, Edson, Rosa, Isabela, Eni,  
Anna, Plínio, Eleonora, Charlotte, Suzy, Ester, John, Lucy, Coracini, Miriam, Nina:

Agradeço pela fonética, pela pragmática, pela morfologia, pelo funcionalismo, pela sintaxe,  
pela psicanálise, pela morfossintaxe, pela sociolinguística, pelas ciências cognitivas, pela  
psicolinguística, pela análise do discurso, pelo gerativismo, pelo estruturalismo, pela

lingüística textual, pelo latim, pela lexicologia, pela literatura, pela tradução, pela lingüística histórica e românica, pela neurolingüística (do bem), pela semântica, pela fonologia, pela história das idéias, pela gramática.

E por me mostrarem que esses limites se recobrem.

Dani, Cris, Maria Inês, Isabela, Tha, Ana, Dörthe: pela graça da dança, do ritmo! pela alegria dos nossos momentos juntas! pela cumplicidade! pela beleza!

Ana. Vivi. Que delícia a companhia de vocês!  
Sabe aquela *amizade-porto-seguro*, pra toda vida?

*O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora.*  
Sempre comigo, lindas amigas, amigas de casa: Patt, Thais, Bárbara.

Ao Gustavo,  
que me enlouqueceu *aquele pouquinho necessário para fazer a vida parar e, de repente, parecer que faz sentido.*

Pai, por me ensinar que *o bom do caminho é haver volta.*  
(*para ida sem vinda basta o tempo*)

Mãe, pelo leite, pelo olhar, pelo colo. Por esse coração que sempre sabe do que eu preciso.

Bruno: *e ae, mano?*

Vó Irene e vô Zico. Vó Valdira e vô Ulisses (*in memoriam*). Pela história de vocês em mim.

Tia Áurea, tia Alba, tio Toninho e tia Joana, tio Cláudio e tia Suzi, tia Maria e tio Nego:  
pela linda torcida, pela macarronada, pelos doces, pelo carneiro, pela mandioca frita, pelo feijão, pelo leite do peito, pelos bordados, pelos passeios no parque, pelos pães caseiros, pelas histórias, lições, rezas, conselhos, bedelhos...

Pela época em que eu via os amigos todos os dias (e trocávamos cartas intermináveis)!

À Kátia, minha amiga linda, pelo tempo: pela distância e pela proximidade.

Ao Jean, quanta conversa, quanta companhia, meu amigo!

Nádia, Greci, Renato, Guilherme, Rosângela, Julie, Carol, Ana Cláudia, Silmara, Adilson:

amigos queridos, companheiros, presentes no meu dia-a-dia

À Jana: *de tudo resta um pouco* (não é?).

Aos funcionários do IEL, do Labeurb, do Centro de Memória.

À CAPES, pelo apoio financeiro no início do curso.

À FAPESP, pela concessão da bolsa.

## RESUMO

A cidade tem sua materialidade, sua dimensão: espessura material que demanda sentido e materializa significações na relação com o sujeito, com a história. Discursivamente, trabalhamos o significante na história, com conseqüências importantes para a prática de análise, para seus resultados: descentramento do sujeito, do sentido e da linguagem numa remissão constante da interpretação às condições históricas de sua produção. Este trabalho tem como foco os modos de significação do sujeito na cidade. Especificamente, recortei o espaço do cruzamento de ruas, as esquinas, semáforos, calçadas, sarjetas na relação com aqueles que passam e *permanecem* na rua: pedindo, trabalhando, brincando, divertindo. Tomo a materialidade simbólica da cidade, textualização de *língua e imagem*, como ponto de entrada para compreender as formulações do sujeito no espaço, suas margens no meio da rua.

Nesse percurso, discuto a tensa relação entre a cidade, o urbano e o social. Uma relação que é formulada diferentemente em espaços disciplinares (urbanismo, sociologia, geografia), institucionais (leis, campanhas governamentais, políticas públicas) e no cotidiano da cidade (com sujeitos significando/modificando/habitando o espaço). Para compreender, na ordem própria da cidade, os sentidos de *margem* textualizados nos cruzamentos, analiso montagens de flagrantes da cidade numa relação com montagens de definições do espaço e dos sujeitos que estão nos *entre-meios* da urbanidade.

A análise dos diferentes modos de circulação do sujeito na cidade, seus sentidos textualizados em enunciados de jornal, leis e campanhas, fotografias do cotidiano nas ruas, dicionários me fez compreender que o sujeito, com sua presença, sua permanência: insistência, repetição, constrói formas de resistir ao imaginário da fragmentação.

Palavras-chave: Vida urbana – Aspectos sociais, Análise do Discurso, Texto.

## RÉSUMÉ

La ville a sa matérialité, sa dimension: densité matérielle qui demande de sens et matérialise de significations dans la relation avec le sujet, avec l'histoire. Discursivement, on travaille le signifiant dans l'histoire, avec de conséquences importantes pour la pratique de l'analyse, pour ses résultats: décentrement du sujet, du sens et du langage dans une rémission constante de l'interprétation aux conditions historiques de sa production. Ce travail focalise les modes de signification du sujet dans la ville. Spécifiquement, j'ai coupé l'espace du croisement de rues, les coins, les feu rouge, trottoirs, guides dans la relation avec qui passe et *reste* dans la rue: en mendiant, en travaillant, en jouant, en amusant. Je prends la matérialité symbolique de la ville, la mise en texte de *langue et image*, comme point d'entrée pour comprendre les formulations du sujet dans l'espace, ses marges au milieu de la rue.

Dans ce parcours, je discute la tense relation entre la ville, l'urbain et le social. Une relation qui est formulé différemment en espaces disciplinaires (urbanisme, sociologie, géographie), institutionnels (lois, campagnes gouvernementales, politiques publiques) et dans le quotidien de la ville (avec de sujets en signifiant/modifiant/habitant l'espace). Pour comprendre, dans l'ordre propre de la ville, les sens de *marge* textualisés dans les carrefours, j'analyse de montages de flagrants de la ville dans une relation avec de montages de définitions du espace et des sujets qui sont dans les *croisement* de l'urbanité.

L'analyse de les différents modes de circulation du sujet dans la ville, ses sens textualisé en énoncés de journal, lois et campagnes, photographies du quotidien dans les rues, dictionnaires m'ai fait comprendre qui le sujet, avec sa présence, sa permanence: insistance, répétition, construit formes de résister au imaginaire de la fragmentation.

Mots-clé: Vie urbaine – Aspects sociaux, Analyse du Discours, Texte.

## SUMÁRIO

<b>I. ENTRE-MEIOS.....</b>	<b>10</b>
<b>II. A CIDADE (IN)VISÍVEL.....</b>	<b>14</b>
<b>Cruzando o urbano e o social.....</b>	<b>15</b>
<b>Uma abertura no espaço.....</b>	<b>23</b>
<b>III. QUEM É (O) SUJEITO (N)À CIDADE? .....</b>	<b>32</b>
<b>Sujeito em uma história .....</b>	<b>32</b>
<b>Do sujeito na história .....</b>	<b>33</b>
<b>Excesso e falta.....</b>	<b>36</b>
<b>Legislar o sujeito .....</b>	<b>37</b>
<b>IV. POR UM CONFRONTO SIGNIFICANTE .....</b>	<b>55</b>
<b>V. NO MEIO DA RUA .....</b>	<b>61</b>
<b>Linguaima(r)gem.....</b>	<b>61</b>
<b>Como estar na cidade? .....</b>	<b>66</b>
<b>VI. CRUZAMENTOS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO – FONTES DE CONSULTA PARA COMPOSIÇÃO DO CORPUS.....</b>	<b>94</b>

## I. *ENTRE-MEIOS*

O cruzamento de ruas é um momento de parada, de proximidade, de espera, de fluxo dos sujeitos urbanos; e um espaço de in-visibilidade, de intervalo, de interrupção em sua estrutura. Trecho da cidade exposto a diferentes gestos de interpretação pela confusão, profusão, pela interseção de ruas, sujeitos, sentidos. O cotidiano da cidade nos mostra diferentes formas de *estar sujeito*: passando ou esperando: organizadamente; pedindo, vendendo, roubando, trabalhando, divertindo...: (im)previsivelmente. Espaço específico de interpretação de sentidos na cidade: lugar de observação e recorte de análise. Olho para os cruzamentos buscando compreender a textualização do sujeito no espaço, deixando-me atravessar pelos sentidos de social que a cidade faz circular. O sujeito na cidade, dentro e em meio, *às margens*. Meu modo de entrada nessas questões se ancora na circulação da linguagem, do sujeito: sua corporificação no espaço. Trabalhamos a cidade como uma configuração específica dos modos de materialização do espaço, *forma material* (Orlandi, 2001c), lingüístico-histórica, de um espaço no qual uma *forma-sujeito* se textualiza. Na cidade, espaço e sujeito demandam interpretação. Como compreendê-los? A cidade os constitui num atravessamento do urbano, num transbordar do cotidiano. Orlandi (2003) dirá que o real da cidade, como forma, é o *prisma*. PoliSêmico: polis (cidade), sêmico (sentido); polissemia. Transcrevo o verbete *prisma* da Enciclopédia Discursiva da Cidade<sup>1</sup>:

**Prisma.** Faces entrelaçadas, triângulos que se recortam e se configuram em quantidade: espelho e transparência ao mesmo tempo. O que se atravessa – rua – o (no) que se vê – vitrina: eu na figura desenhada no vidro intransparente e o ônibus atravessando a mesma figura, espelho, do outro lado, a outra calçada, deste lado, pela transparência da vitrina, estão roupas e bijouterias, objetos de mulher,

---

<sup>1</sup> Projeto do Labeurb (CNPq, 2000-2001) para construção de uma enciclopédia sobre a cidade – Endici – que se propõe como um instrumento crítico em relação aos discursos especializados já existentes; cf. [www.labeurb.unicamp.br/endici](http://www.labeurb.unicamp.br/endici) e Orlandi (2003, p. 31).

mais atrás, o vendedor que olha, o que eu olho, de costas para o ônibus que ele vê de frente. Através Cidade. No meio da rua, carros, gentes, papéis, traços de trânsito, faixas, regras e asfalto. Canto-chão. Limite-solo. Não é o fragmentário, é o olho que se move em eu, em ônibus, em vendedor, em roupas e pessoas, e regras em muitas direções, multifacetando em ângulos, tri-ângulos, multi-formas. Prismas. Essa é a ordem do urbano. O seu real. Que despenca, na sua “organização” em partes, no imaginário dos fragmentos, dos cortes, das unidades que fabricam os especialistas, os profissionais do espaço, partes separadas ou misturadas, nunca juntas: “povo”/classe dominante; “público”/privado; rua-calçada-via carroçável-pedestres-motoristas-prédios-condomínios. Aí trabalham os cientistas da cidade: planejam, linearizam o Prisma, organizam, medem, calculam, tomam medidas (cautelares, administrativas, políticas). Produzem a cidade como lugar plan(ejad)o, espaço (social) urbano. Do seu lado, o povo ajuda, tomando a carga (a carga de) suas responsabilidades. Amigos da escola, @migos do \$istema, @migos do Patrimônio & “Cidadania”. Outros atrapalham. São os chamados “populares” (“elementos” de um “conjunto amorfo”): com seus corpos, com suas roupas, com seus grafismos letra-escrita-grafite, com seus sons-*rap*. Música/ruído; escrita/grafite; ternos-e-gravata/troços e cia. Tudo lado-a-lado e não junto, contíguos, mas hierarquicamente verticalizados no social. [Pela análise de discurso abro as dicotomias e me volto para a desconcentração, a descontração, a descentração.]

Cidade: “espelho e transparência ao mesmo tempo”. Matriz de sentido. Eu e outro. Reflexo, *inversão*. O que significa *estar à margem* estando *em meio à cidade*? Segundo Orlandi (2003), *uma quantidade de sujeitos significantes vive dentro da cidade*. A partir disso, pergunto quais são as possibilidades de metaforização dos *entremeios* (contradição, con-fusão) no cotidiano de uma cidade atravessada pelos sentidos do urbano. No ir e vir de teoria e prática, trânsito pelas margens e cruzamentos espacializados, simbolizados na cidade. Como meninos de rua, pedintes, malabaristas, vendedores ambulantes significam e são significados em faixas de pedestres, nos espaços entre os carros, no meio fio, nas esquinas? “Outros atrapalham”. Interpretação que traz desdobramentos me fazendo prosseguir, virar, voltar: o sujeito *fica* na rua? como ele é significado quando *está* na rua? é a rua que o significa? qual é o laço que o une à rua? e a quem, de fato, só *está* na rua? A maneira discursiva de trabalhar os sentidos da palavra público, como espaço urbano comum aos seus habitantes (Orlandi, 2003), abre para uma reflexão sobre os modos de sociabilidade, de relação dos sujeitos com o real da cidade e também sobre o que significa ser sujeito na cidade: habitá-la. O espaço público

urbano é a materialidade que sustenta os sentidos possíveis para a relação entre sujeito e cidade, a natureza dessa relação é função do modo como, na cidade, significamos os espaços comuns: ruas, calçadas, cruzamentos, esquinas, guias. Espaços de *entre-meio*. Espaços que entremeiam sujeitos e sentidos pela união e pela dissolução de laços sociais. A rua é um espaço de contato, espaço comum, público. Do povo, daqueles que a habitam. De todos, de qualquer um. Minha proposta é lançar uma compreensão sobre as diferentes formas de apropriação do espaço comum, público, urbano. Esse espaço é quotidianamente tomado, ocupado, habitado por sujeitos que escapam ao planejamento, isso nos mostra que o imaginário da organização se confronta com o real da cidade ressignificando os sujeitos, o espaço, as maneiras de se relacionar nele. Por isso para mim é forte trabalhar esse espaço urbano comum como um espaço que *entremeia*.

Este meu trabalho se vincula ao projeto temático *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o jurídico e o administrativo* (CAeL, Fapesp, 2004) partilhando a hipótese de que a noção de consenso traz como consequência a *segregação*, o apagamento das contradições sociais como uma proposta de igualdade, seja de oportunidades, de necessidades, de direitos. Esse achatamento da desigualdade fecha um espaço de elaboração da diferença enquanto processo de identificação coletivo, desigual, diverso: possibilidade de estabelecer laços sociais. A igualdade entre os indivíduos é uma premissa do Estado moderno, mas as políticas públicas deveriam levar em conta a diversidade constitutiva dos sujeitos, fazendo com que o político administre conflitivamente a produção da cidade enquanto espaço de diferença. Diferença que pretendo compreender através da relação das políticas públicas urbanas com a política de sentidos da cidade, situando de que maneira espaços e sujeitos significam e como funcionam o urbano e o social nesse processo.

A reflexão encaminhada pelo CAeL faz compreender que há um funcionamento ideológico determinando *disjuntivamente* o que fica fora *ou* dentro, incluído *ou* excluído, no centro *ou* na margem. Orlandi (1999) nos mostra que o real sócio-histórico da cidade é sobredeterminado pelo imaginário urbano da organização. Quando, discursivamente, tomamos a *unidade* como efeito necessário à convivência com o real da dispersão estamos dizendo que o urbano pode configurar uma visibilidade da *ordem da cidade*. Mas há muitas maneiras de formular a noção de urbanidade. Retomo, aqui, a diferença que E. Orlandi (1996 e 1999) faz entre *ordem* e *organização*. A busca por uma organização é sempre prescritiva, ao passo que o

analista do discurso se pergunta pela *ordem no sentido do funcionamento*. O urbano, formulado normativamente, tende a olhar para a cidade de maneira dualista: simplesmente coloca para fora o que não se encaixa nas regras (do bem coletivo, das boas maneiras, da higiene, do bem estar geral, da boa circulação) ou, o que é pior, tenta *enformar!* Meu trabalho busca compreender esse efeito de sobredeterminação da cidade pelo urbano, do político pelo administrativo: desfazê-los, considerando que o confronto de sentidos é o fato que significa a cidade e seus habitantes, numa relação simbólico-política, sócio-histórica, *material* dos sujeitos com a cidade.

Também a noção de entremeio intervém no modo como os sentidos da cidade se formulam: em diferentes materialidades, na língua, na imagem, na sonoridade: flagrantes, momentos, rastros, ruídos, texturas, barulhos, rumores. Cidade textualizada: seus efeitos de sentido transferidos, decalcados, espaçados, espalhados, estilizados no conjunto significativo do cotidiano. Trabalhamos a linguagem em suas diferentes formas materiais como significantes na história. É no entrecruzamento de diferentes materialidades que as regularidades discursivas devem ser buscadas, compreendidas (Lagazzi-Rodrigues, 2003). A materialidade faz parte das condições de produção do discurso: o sentido é sempre produzido na *relação a*, atualizado em palavras, vozes, lugares, escritas, grafias, imagens, vultos, flagrantes, espaços, memórias. Por e para sujeitos numa produção de efeitos de sentido *entre* locutores (Pêcheux, 1969).

Os discursos sobre a cidade: enunciados, leis, reportagens, olhares, fotografias, podem nos fazer compreender como o real da cidade, seus *prismas*, intervém nos modos de significar o urbano e o social. Estou partindo da hipótese de que ao olharmos para diferentes materialidades damos consequência à noção de prática discursiva: intermitência, in-constância do legado de significar o mundo; aproximando-nos de uma compreensão em profundidade da cidade: ângulos de sua ordem, de seu funcionamento.

## II. A CIDADE (IN)VISÍVEL<sup>2</sup>

Cidade imaginada, contada, possível, visível e posições, versões (de filósofos, geógrafos, urbanistas, historiadores, sociólogos, lingüistas) sobre a (*in*)visibilidade da cidade em sua dimensão simbólica: é do interior das ciências da linguagem, mais especificamente da Análise de Discurso, que proponho uma compreensão das relações sociais na ordem do funcionamento urbano. Trabalhamos a cidade numa relação forte com a linguagem trazendo os deslocamentos que a teoria discursiva promove. Não buscamos interpretar informações, identificar conteúdos ou propor soluções imediatas. Meu interesse é compreender, a partir de seus modos de circulação, os dizeres que estão na base da produção dos sentidos de *social* no urbano, as discursividades que os tornam possíveis – dando visibilidade a um *dizer da margem* no espaço da cidade.

Filio-me às pesquisas do *Laboratório de Estudos Urbanos* da Unicamp instalando a prática científica discursiva no trabalho com as questões urbanas. Esse *outro* olhar para a cidade procura, na materialidade do discurso (língua, imagem, escritura, cena...: texto na história), vestígios que fazem funcionar, significando, sujeitos e sentidos (n)à cidade. Atualmente, podemos dizer que o sujeito se conforma enquanto um *sujeito urbano*, independentemente de sua localização física, empírica (cf. Orlandi, 2003). O espaço da cidade se mostra enquanto uma configuração histórica fundamental dos modos de interpelação desse sujeito. A cidade não é só paisagem<sup>3</sup>, ela estrutura significações para o sujeito na atualidade.

A relação que propomos da teoria discursiva com as questões urbanas reclama a consideração de outros olhares sobre o modo de tratar a cidade, o urbano e a inscrição das relações sociais nesse espaço. Cidade (*in*)visível, (*im*)possível, (*im*)prevista. De nosso ponto

---

<sup>2</sup> Referência a Italo Calvino em “As cidades invisíveis”.

<sup>3</sup> Eni Orlandi em comunicação pessoal.

de vista a linguagem não é transparente, ela é materialidade comprometida com gestos de interpretação. Quando trabalhamos com a diferença entre as noções de ordem (existência da cidade enquanto espaço que demanda sentido) e organização (medidas técnicas, administrativas e sociais), o imaginário urbano explode em *prismas*, podendo tomar múltiplas formas. Orlandi (2003: 35) diz que “o urbanista é o especialista que deve *criar condições para o desenvolvimento da sociabilidade. Penso que a raiz da questão não está só na desigualdade social, mas no “tratamento” dado a ela. No imaginário que a alimenta.* Não se pode responder só ao imediato; é preciso criar novas perspectivas. *Prismas. Rupturas na permanência/ duração da ideologia*”. É preciso deixar que diferentes sentidos signifiquem, é preciso compreender suas filiações, suas formulações.

### **Cruzando o urbano e o social**

Considero importante não recobrirmos a cidade pelo urbano, nem as relações sociais pela necessidade de administrar, reger, ordenar advinda de um pensamento urbanista que se coloca como fundador de um processo de organização da cidade. Atando “cidade e soci(e)dade”, Orlandi (2003) compreende que o social se constitui de maneira muito particular a partir dos modos de vida que a cidade possibilita: *a cidade não se distingue do social*, ela é o acontecimento histórico que inaugura formas de *so-ci-abili-dade*, é na cidade que as relações sociais são possíveis atualmente. A cidade, o urbano e o social têm uma constituição polissêmica. E esses seus muitos sentidos funcionam no equívoco do cotidiano citadino. Entretanto, vemos que a ordem própria da cidade (seu equívoco, seu funcionamento social) é contida pela evidência do urbano enquanto fonte de sentido, enquanto sentido dominante. Como se dá essa colagem do urbano enquanto norma no cotidiano da cidade? Quais são os vestígios dessa sobreposição? Proponho olharmos para o percurso de constituição do urbano enquanto lei como uma maneira de compreender seu funcionamento na cidade.

Trago uma leitura do trabalho do geógrafo Eduardo Yázigi (2000), onde o autor diz sobre o papel da calçada na relação com a cidade. Partindo da idéia de que a calçada tem uma íntima relação com o pedestre, um espaço, portanto, privilegiado para a *socialização*, Yázigi traça um panorama da vida nas calçadas relacionando o que eram no passado, o que são

hoje e o que poderiam ser no futuro. Recorto suas formulações no que diz respeito ao panorama histórico da cidade enquanto espaço público e urbano. O autor traz uma periodização da relação da cidade de São Paulo com as calçadas (aquilo que, de alguma forma, podemos entender como uma relação com o *público*) que nos permite compreender algumas formulações da sobredeterminação da cidade pelo urbano:

1. de 1560 a 1850 ocorre a promulgação da Lei de Terras: a terra adquire um valor de troca que é regulamentado por seu preciso parcelamento e pela estipulação por escrito de suas frações. O Estado deixa de ser o único provedor de terras: o lote urbano substitui as sesmarias e é vendido por particulares. Começa a se desenhar a relação entre público e privado através da necessidade de um espaço a ser deixado entre os lotes;

2. entre 1850 e 1891 marca-se um período onde a expansão da economia do café caracteriza uma outra relação com o espaço. A instauração do Código de Postura, em 1886, e a promulgação da Constituição republicana, em 1891, consolidam normas de comportamento: disciplinam, regulam, normativizam e punem;

3. de 1891 a 1930 o registro de imóveis é reconhecido pela primeira vez através do Código Civil de 1916, inserindo a apropriação do espaço público numa relação *entre* público e privado. O capital acumulado com o avanço da indústria nacional é investido em infraestrutura urbana: novos bairros, edifícios públicos imponentes, higienização, arborização, iluminação pública, transporte público organizado. No mundo das calçadas, o centro mostra uma busca pela ordem, limpeza, elegância, compostura e as periferias crescem;

4. de 1930 a 1988 a cidade se proletariza e se incha pelas imigrações. O sistema viário e a circulação não comportam tal crescimento: surge o Plano de Avenidas Prestes Maia de 1929. A cidade é reconstruída seguindo um modelo de progresso que desconsidera as coisas públicas. Em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As calçadas tomam a aparência de “formigueiros” com a presença de “estrangeiros, biscates desempregados e deficientes físicos”. As ruas esburacadas e abandonadas merecem destaque nos jornais. A partir dos anos 60, a indústria automobilística modifica o sistema viário de São Paulo e a relação do sujeito com a circulação na cidade. O *shopping center* toma o espaço da calçada na relação com o comércio (re-aloçando o convívio). Após o Golpe de 64, a rua é vista como espaço de baderna e repressão, o terror toma conta dos espaços públicos. O Código do

Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente delimitam novas formas do sujeito se significar na cidade atual.

Vemos que a periodização de Yáziqi sobre as calçadas de São Paulo vai mostrando uma disjunção entre público e privado: a noção de propriedade (que demanda constante delimitação e manutenção, mas fica como se fosse transparente, unívoca) formula modos de intervenção da técnica na cidade a partir de memórias distintas (a lei, as construções urbanas, o Estado, a cultura, o comércio, o mercado, a moral). O último período delimitado por Yáziqi pode ser relacionado às elaborações de Raquel Rolnik (1999a) onde, a partir de um estudo histórico da formação das leis urbanísticas em São Paulo, a urbanista percorre alguns princípios da construção da urbanidade na cidade. Segundo a autora, a legalidade e a legitimidade urbana se fundamentam numa divisão de tempos que corresponde também a uma divisão do espaço: tempo do lar, que se dá no interior da casa familiar; tempo para trabalhar na fábrica, no escritório ou na loja; tempo para movimentação de um espaço para outro, nas ruas; tempo para o prazer, nos cafés, cabarés, bordéis ou bares. Qualquer espaço que misture esses tempos está destinado a ser estigmatizado como desviante. Qualquer sujeito fora do espaço e do tempo previstos é considerado marginal. Bairros onde essas divisões do tempo e do espaço não ficam bem determinadas (apartadas) sintetizam, em seu espaço, uma condição marginal. Em grande parte do espaço da cidade, justamente nos territórios populares – “*conjunto amorfo*” (Orlandi, 2003: 31) – as diversas possibilidades de significar a cidade se superpõem temporal e espacialmente. Daí a possibilidade de uma eficaz inversão: o lugar sendo marginal faz com que os seus habitantes também o sejam. O espaço urbano é marcado pela separação entre casa e trabalho. E a rua, pela lei, é definida por uma oposição à moradia. Com isso a relação entre rua e casa é significada enquanto uma disjunção (proibição de *uma* em *outra*). Passagem *ou* permanência, trânsito *ou* moradia, circulação *ou* demora.

Retomar na história da legislação os modos urbanos de intervenção no cotidiano dos sentidos da cidade nos leva a dizer que o espaço público é significado em oposição ao privado: a noção de propriedade intervém no urbano. E como são significadas as relações sociais nesse espaço dualizado? Rolnik (1999b e 2000) atenta para o permanente contraste das cidades brasileiras em relação à convivência de distintas condições urbanas conflitando no interior de uma mesma cidade: o morro e o asfalto, o centro e a periferia, o mangue e a orla: formulações territorialmente distintas da desigualdade. O espaço aloca as relações sociais:

“luta de lugares”. Disputa que significa economicamente as relações sociais e seu espaço de sustentação (a cidade). Isto é, podemos dizer que a diferença na “so-ci(e)dade”<sup>4</sup> é explicada enquanto diferença econômica (técnica)? A hipótese de Orlandi (2006) é de que há duas formas ideológicas regendo o imaginário da cidade: “1. o mito da completude criando a interpretação do fragmentário, da desagregação e 2. em uma perspectiva neoliberal, o fato de que a reciprocidade, a solidariedade cedem lugar à rivalidade, à competição, à marginalidade”. O urbano e o social são interpretados respectivamente como necessidade de organizar e como injunção a segregar. É do ponto de vista do imaginário que o urbanismo vai falar das desigualdades urbanas como produção de espaços de não-cidade, de uma cidade que corre riscos pela insegurança do terreno, das construções, das condições jurídicas. O urbano teria o papel de reduzir essa desigualdade? Segundo Rolnik, a urbanização tem um sentido concreto que é problemático, de risco, incompleto, excludente, injusto e uma contraparte idealizada de completude, justiça, abrangência. O urbanismo embarca na ilusão de re-agregar o morro e o asfalto, o centro e a periferia, o mangue e a orla através de aparatos, aparelhos, infra-estrutura, serviços, sistemas, direitos e deveres. Temos aí uma forma de lidar com a cidade ancorada na técnica (o urbano).

E como podemos pensar *o político*, o confronto nos sentidos que constitui a cidade enquanto espaço onde significamos? Vemos que há uma dificuldade em de fato trabalhar a contraditoriedade constitutiva da relação *entre* cidade, urbano e social. Dificuldade que intervém na cidade através de uma memória do urbano pensado enquanto *técnica*: a cidade fica assim sobredeterminada. E o econômico fica como justificativa aceitável para a desigualdade inerente ao modo de produção capitalista: a discursividade neoliberal sustenta a possibilidade de cada um ser responsável por sua situação social. Constrói-se assim um modo de tratar a cidade que traz uma relação de causa e efeito para os conflitos urbanos nos remetendo à possibilidade de concordar ou discordar, de comprovar, demonstrar, de acrescentar mais um motivo (ou uma consequência a mais) às injunções históricas visibilizadas pela relação entre a cidade e o urbano. De nosso ponto de vista, o elenco de causas e efeitos é reflexo da ilusão do controle sobre os sentidos. Discursivamente, trabalhamos o conflito, o equívoco, a contradição dos diferentes sentidos que, com sua ordem,

---

<sup>4</sup> Grafia usada por Orlandi (2003) que materializa o recobrimento do social pela cidade.

circulam, estancando e sustentando nossas técnicas de organização. Encaramos a dispersão como estruturante, não como conteúdo.

Em outro momento de sua argumentação, Yázigi (op. cit.) vai colocar a administração das cidades como uma causa importante do *fragmentário piso de conflitos* que configura as calçadas. A noção de fragmentação das cidades se ancora na ilusão da unidade. Padronizar as calçadas (incluindo aí a seleção dos sujeitos que nelas circulam) só contribui para dar a aparência de casa limpa, respondendo ao imperativo da organização normativa, desconsiderando a história *na* cidade. Em se tratando de sentidos, não há consenso possível: a inscrição dos sentidos na história se faz sempre pela falha de uma estrutura em movimento para que outros sentidos possam significar, *transbordar*. Trabalhar esse político nos sentidos públicos é uma forma de não desconsiderar a materialidade da história e da língua que significam e circulam no espaço urbano.

O trabalho de Pfeiffer (1997) abre um espaço interessante de discussão das filiações dessa cobrança de organização do sujeito e do espaço e como essa necessidade movimenta um modo de significação do sujeito e da prática urbana. Com sua análise a autora aproxima campos discursivos distintos pela compreensão de um funcionamento de mesma ordem: o processo de escolarização e os discursos urbanísticos produzem sentidos semelhantes para o sujeito atual. Pfeiffer trabalha tratados urbanistas enquanto conformadores de sentidos para a cidade e para os sujeitos que nela circulam buscando refletir sobre o funcionamento do *clichê* tal como o percebe em um paralelismo entre uma crítica de ausência de criatividade quanto aos processos de significação das *construções urbanas* e das *produções textuais escolares*. No domínio urbanístico, o clichê funciona enquanto *monotonia*; no domínio textual, produz o efeito do *lugar-comum*.

A autora analisa o tratado do urbanista Camillo Sitte que propõe o urbanismo como uma *conciliação* entre a estética e a técnica, o que leva, num momento em que surgem e crescem descomensuradamente inúmeras cidades, a uma redefinição do uso e da função dos centros da cidade. O século XIX estabelece a idéia da cidade como *manufatura* e o início do século XX a concebe enquanto *organismo*. Se a metáfora da *manufatura* traz a possibilidade de produção segundo regras e princípios determinados cientificamente, a do *organismo* diz que esse científico deve ser biologicamente positivista permitindo ao Estado um direito de intervenção saneadora. É o auge da busca pela higienização, tendo como fim, tanto um corpo

sadio como uma cidade ascética. O urbanismo tem um caráter disciplinador: altera a estrutura de ruas e casas (esgoto, água encanada) e o comportamento das pessoas (vacinas, coleta de lixo, regras de higiene pessoal). A remodelação dos centros possibilita o isolamento sectário, as repartições e a aparência de “casa limpa”, enquanto a *sujeira* é expulsa para regiões menos visíveis. A cidade é corretiva, significa enquanto um modelo ético que conforma os cidadãos através do meio físico a sua moral. Ao contrário da cidade grega (modelo para Sitte) em que o meio moral estrutura o meio físico.

Sitte (1992) toma a cidade do ponto de vista da parte, do fragmento, enquanto espaços coesos distribuídos propondo que o urbanista concilie técnica e estética. As construções da cidade antiga, da Idade Média e de parte da Renascença são pensadas no plano artístico em oposição às da modernidade, em que o cartesianismo reduziu a cidade a uma questão de técnica. O autor defende a retomada da concepção urbana da Antiguidade partindo da discussão de um grupo de praças e conjuntos urbanos considerados belos a fim de mostrar as regras que garantam efeitos semelhantes. Do ponto de vista discursivo, podemos pensar que a cidade não deixa de ser um conjunto, como formula Orlandi (2003) seu real é o *prisma*: dispersão para quem olha, possibilidade de remontar trajetos. A cidade traz em suas materializações, em suas construções, em seus sentidos, a marca de uma *tensão* entre técnica e estética: há lugares e lugares; e há diferentes maneiras de interpretá-los, diferentes sentidos compondo os efeitos que circulam como cidadãos, como urbanos.

Segundo Sitte (op. cit.) as praças antigas eram espaços destinados às grandes festas públicas, ao anúncio de leis, às cerimônias oficiais e ao uso quotidiano de permanência do homem. Enquanto que as praças modernas fecham um espaço para que os homens as ocupem funcionando como uma abertura à luz e à claridade. As praças antigas formam um todo fechado, as modernas, um espaço vazio recortado por ruas retilíneas e com um monumento ou igreja ao centro. Essa diferença na noção de *visibilidade* (na cidade antiga ligada ao *fechamento*, na cidade moderna à *vastidão*) nos mostra modos de produção do espaço a partir de um imaginário de significação da relação público – privado. Uma cidade simbolizada como protetora e como espaço de congregação dos cidadãos produz uma praça pública fechada, porém *da rua*: uma cidade fragmentada, mas nunca dispersa. Uma cidade vista como lugar de perigo, com uma estrutura política em que uma pequena parcela dos habitantes controla toda cidade, produz um espaço público de vigia, de controle: é aberta, horizontal.

Pelo pensamento urbanístico de Sitte, Pfeiffer (op. cit.) nos mostra como vai se construindo um espaço de oposição entre técnica e estética na cidade: “no espaço simbólico-discursivo da criatividade aparecem temas como o do pensamento livre e fluido, enquanto que no espaço simbólico-discursivo da mecanicidade colocam-se temas vinculados a uma teoria racional. É exatamente essa teoria racional que o autor [Sitte] colocará como responsável pela monotonia [...], desse modo, a monotonia está sendo ligada a um ato mecânico de repetição de regras [...]” (op. cit. p. 45). Segundo a autora é essa mesma crítica proposta por Sitte às construções urbanas que recebem os alunos modernos: “a eles é dada a responsabilidade não pelos seus textos, mas sim por copiarem um mesmo modelo repetidas e infinitas vezes, em um ato mecânico, impensado, beirando a involuntariedade” (op. cit. p. 45). O que ela nos mostra é que há uma tensão entre uma cobrança de originalidade e uma necessidade de seguir regras tanto para o sujeito escolar quanto para o sujeito urbano. Temos aí uma compreensão de que tanto o urbanismo quanto o processo escolar funcionam imaginariamente numa mesma ordem: produzindo ideais de construtores urbanos e textuais determinados por um *espaço de interpretação autorizado*. De todo modo, é a técnica que intervém nos modos de subjetivação na escola e na cidade.

Penso que podemos estender essas compreensões para o modo como o social circula na cidade: *sobredeterminado pelo urbano* (Orlandi, 1999). A dupla cobrança, objeto de reflexão de Pfeiffer, funciona também nos sentidos que o urbano delega para o social: moradores de rua, buracos, camelôs, entulho, vendedores ambulantes, sujeira, pedintes entram no mesmo “pacote” de problemas das ruas: os argumentos se produzem numa tensão entre técnica (“eles atrapalham o trânsito”) e estética (“eles enfeiam a cidade”). As relações que faço entre as concepções de Sitte, as compreensões de Pfeiffer no que diz respeito ao urbanismo e ao processo de escolarização e o modo como corriqueiramente o social circula pela cidade nos dizem que há uma mesma memória sustentando essas interpretações. Podemos dizer que essa memória se fundamenta num efeito de dicotomização que historicamente vem se produzindo nas técnicas de interpretar a cidade, técnicas que excluem sua tensa constituição.

Essa necessidade de controle e organização das cidades posta pelo olhar normativo de uma determinada tradição do urbanismo pode ser pensada na relação com uma mudança no modo de organização da sociedade (Schaller, 2001). Para o autor, a idéia da sociedade como uma totalidade, um conjunto coerente – cujos princípios de organização são a estrutura das

relações de classe, o sistema de instituições, a cultura – já não se sustenta atualmente. Uma análise em termos de classes não permite mais, por si só, dar conta da organização da sociedade e de seus conflitos. A desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as possibilidades de interpretação. A “lutte de classes” (luta de classes) é sobreposta pela “lutte de places” (luta por lugares), a horizontalidade substitui a verticalidade num processo conjunto com a “desinstitucionalização” e o desenvolvimento de uma “cultura heróica do sujeito” que remete cada um à construção e à responsabilidade de seu próprio destino. As relações sociais ficam significadas como uma série de provas (ou provações) individuais:

“Adquirimos o hábito de nos situar uns com relação aos outros por escalas sociais: de qualificação, de bens, de educação ou de autoridade; hoje, transformamos essa visão vertical em uma visão horizontal: estamos no centro *ou* na periferia, dentro *ou* fora, na luz *ou* na sombra.” (Schaller, op. cit. p. 04 - tradução e grifos meus).

Um funcionamento horizontal que se baseia *disjuntivamente* na distância social: quem está “fora” não tem mais, como no caso de uma sociedade de organização piramidal, a possibilidade, ainda que imaginária, de subir os degraus da escala, de progredir, de mudar sua situação. A diferença social se formula enquanto uma *impossibilidade de transposição*, o social se coloca como uma *questão opositiva*, a relação com a diferença se faz pela *segregação*, não mais pela discriminação. Schaller põe em causa os mecanismos de produção da sociedade na relação com a cidade enquanto um espaço dualizado. O cotidiano das cidades mostra que as políticas públicas não lidam bem com a contradição que, formulada horizontal ou verticalmente, sustenta toda possibilidade do social. O autor nos coloca uma questão importante: como permitir que a contradição tome espaço, que a diferença se subjetivize, signifique? Segundo ele, é preciso exceder o nível das práticas-resposta confrontando as possibilidades de uma produção *conflitiva* de sentidos para as relações sociais. O “viver-junto” precisa da existência de *espaços para a expressão dos conflitos*, mais lugares de negociações, oposições, compromissos. Trata-se de participar ativa e conflitualmente da construção da vida social para que a ordem da cidade tome visibilidade nas formulações de sua organização.

Podemos pensar uma interseção com a reflexão de Orlandi (2003) quando Schaller fala que a sociedade atualmente se estrutura por uma luta de lugares. Como já foi dito

anteriormente, Orlandi compreende que a cidade sobredetermina o social – so-ci(e)dade, “no espaço da cidade: espaço social urbano” (p. 30). Difração, refração, reflexo: diferentes maneiras de lidar com o *prisma*. A cidade é materialidade que intervém no sentido: o sujeito se depara com ela, se divide, muda de direção (difrata); ele a atravessa e desvia (refrata); a toca e retorna sobre si (reflete). O espaço da cidade determina o modo das relações sociais: o que importa é a posição que o sujeito ocupa na cidade, se faz ou não parte dela, se os sentidos do sujeito podem ser significados em seu espaço. De nosso ponto de vista, é importante elaborar a história de constituição das condições de urbanidade para que essas formulações possam ser ressignificadas, contrapostas, relacionadas deixando espaço para que outros sentidos intervenham, para que o *não-sentido* faça sentido. Para nós, esse deslocamento nunca se dá prescritivamente e, sim, numa relação da memória com a atualidade de dizeres outros possíveis historicamente. Fazemos intervir uma relação com *o real do sentido da cidade*, seus *prismas*: é à cidade (*in*)visível que temos acesso, é o simbólico que dá a medida do olhar para o real.

### **Uma abertura no espaço**

Se nossa proposta é trabalhar a cidade como um acontecimento histórico que significa o sujeito e o espaço é importante refletirmos sobre os percursos de formulação do espaço urbano tomando a cidade enquanto objeto de linguagem: simbólico e político. Discursivamente, dizemos que sujeitos e sentidos se constituem na dispersão do discurso, a língua na história é a possibilidade de significarmos. Buscamos compreender esse movimento histórico dos sentidos de cidade com análises de J-P. Vernant (1963 e 1964) sobre a sociedade grega. Vejo no modo como o autor descreve a relação com o espaço na Grécia antiga uma filiação possível de nossas formas atuais de relação casa/ rua, dentro/ fora, movimento/ permanência no espaço. Partindo da grande estátua de *Zeus*, localizada em Olímpia, na qual Fídias representa os Doze Deuses, Vernant inicia seu artigo “Héstia – Hermes. Sobre a expressão religiosa do espaço e do movimento entre os gregos” (1963). As divindades são agrupadas duas a duas numa série de oito casais divinos. Esta disposição é justificada genealógica ou mitologicamente: Zeus e Hera, Posidão e Anfitrite, Hefesto e Cháris são

marido e mulher; Apolo e Ártemis, Hélios e Seléne são irmão e irmã; Afrodite e Eros são mãe e filho, Atena e Heracles são protetora e protegido. Entretanto, no conjunto, há um casal que abre espaço para outras compreensões: Hermes e Héstia. Que elo une um deus e uma deusa “que parecem *estranhos* um ao outro?” (p. 189). Essa associação tem um significado religioso que permite a Vernant descrever uma estrutura do panteão grego. Nós tomaremos a análise do autor como uma entrada para compreender a estrutura das relações cidadinas. Hermes e Héstia não são nem parentes, nem esposos, nem amantes, nem vassallos: pode-se dizer que são “vizinhos”. Um e outro fazem referência à “extensão terrestre, ao hábitat de uma humanidade sedentária” (p. 190): um modo de definição (espacial) da cidade. Héstia é o nome próprio da deusa e também o nome comum que designa a ‘lareira’, simboliza a fixidez, a imutabilidade, a permanência, o ponto fixo, o centro a partir do qual o espaço humano se orienta e se organiza. Hermes está ligado ao hábitat dos homens de um modo mais geral: como um viajante, representa o movimento, a passagem, a mudança, as transições, o contato entre estranhos. Pode-se dizer que o casal Hermes e Héstia exprime, em sua polaridade, a tensão na representação do espaço: permanência e transitoriedade. Héstia é suscetível de centrar o espaço, Hermes de mobilizá-lo. Héstia é a casa, a perenidade no tempo, o interior, o recinto: refere-se à “Lareira comum, à cidade tornada centro do Estado e símbolo da unidade dos cidadãos” (p. 225): o sentido da *polis* grega. O lar e a cidade não seriam, pois, opostos no pensamento grego. Pelo contrário, se aproximam enquanto espaço do comum. A oposição se daria entre a cidade, a casa, os campos cultivados (*o espaço ocupado*, podemos dizer) e o domínio pastoril, os terrenos dedicados ao percurso, o espaço livre, as estradas, as matas. A conclusão do autor é que a análise da relação Hermes – Héstia nos leva a articular as estruturas relativas ao espaço enquanto dualidades contraditórias: o centro, imóvel e fechado, corresponde a noções (opostas?) de abertura, mobilidade, percurso, contato e transição. Fazendo uma relação com uma compreensão do espaço significativa da cidade, Héstia, por concentrar uma simbolização do comum (público), traz a contradição da permanência e do movimento dos sentidos, uma relação que “juntamente contrapõe e une em um par de contrários [...] [Hermes/Héstia], a deusa imobilizando o espaço ao redor de um centro fixo e o deus tornando-o indefinidamente móvel em todas as suas partes” (op. cit. p. 241).

No artigo “Espaço e organização política na Grécia antiga” (1964), Vernant analisa as reformas de Clístenis nos últimos anos do século VI a.C. sob uma perspectiva que

ênfatiza a proeminência do princípio territorial sobre o princípio gentílico na organização da *polis* grega. “A cidade projeta-se segundo um esquema espacial. [...] Esse espaço tem um centro, a cidade, que constitui como que o coração homogêneo da Ática, e onde cada tribo é representada” (op. cit. p. 288). A marca fundamental dessas mudanças se dá pela ressignificação do centro: de símbolo religioso (*Héstia*, deusa da lareira) torna-se símbolo político (lareira comum da cidade, *Héstia koinê*). Os sentidos – com sua memória – deixam rastros: a *lareira comum da cidade* traz o sentido da *lareira familiar*, a família se faz por um laço natural, determinado *a priori*, assim, ela se fecha em si mesma negando o outro, o estrangeiro. Mas também esse *familiar* transformado em *comum* edifica um espaço público, aberto – não mais a moradia, o privado –, um espaço que encarna *o todo da cidade*, uma lareira que exprime o centro “enquanto denominador comum de todas as casas que constituem a *polis*” (op. cit. p. 189). A idéia de denominador comum revela a busca da similitude, da simetria, da equivalência na composição das (diversas) partes.

As propostas de Clístenis visam ultrapassar a oposição entre o campo e a cidade e constituir um Estado que ignore institucionalmente a distinção entre urbano e rural. Essas reformulações possibilitam a constituição de um *demos urbano* enquanto classe política. O que define essa *polis* grega “não é uma forma especial de hábitat nem uma categoria à parte de cidadãos, mas o fato de que, no centro do território, ela reúne em um mesmo ponto todos os edifícios, civis e religiosos, que estão ligados à vida comum do grupo, tudo o que é público por oposição ao privado” (op. cit. p. 294). Ao tratar essas formas de materialização do espaço na cultura grega podemos olhar para a organização social urbana moderna perguntando sobre nossos modos de intervenção e significação da relação público/ privado e seus possíveis deslocamentos. Penso ser interessante não dualizarmos essa relação. Trabalhar os processos de filiação dos sentidos nos faz compreender, por exemplo, que a oposição urbano/rural é um *efeito* das configurações históricas, dos rumos que essas noções foram tomando no processo de construção de sentidos para a cidade e seus habitantes (cf. também Payer, 1996).

Quando pensamos a cidade consideramos que não existe um espaço absoluto, vazio: ele é relativo aos sujeitos significantes que o habitam, que vivem em sociedades marcadas por relações de poder determinando tanto o habitante como seu modo de habitar e constituir o espaço. Assim como o sujeito modifica o espaço da cidade produzindo possibilidades de simbolizar-se, a cidade, com sua materialidade, intervém nos processos de

subjetivação numa demanda específica por significação. Essas relações entre espaços e sujeitos são compreendidas de uma maneira muito particular quando a cidade é trabalhada como significante, como espaço simbólico, espaço de linguagem.

O que é a cidade na linguagem? Como, pela linguagem, podemos compreender a cidade? Analisando denominações genéricas de ‘cidade’ em obras de referência sobre o urbano Rodrigues-Alcalá (2002) mostra que, de um lado, temos designações como: *agrupamento humano*, *aglomeração* (quantidade); de outro, *assentamento humano* (movimento). A *quantidade* (concentração) e o *movimento* (tempo, duração) são estruturantes do modo como atualmente lidamos com o espaço. *Agrupamento* vem como metáfora de sociedade significando *quantidade* e apontando para o fato de que o homem é um ser gregário. *Aglomeração* aponta para um *excesso* na questão da *quantidade*, da *concentração* no espaço (questão especificamente urbana, cf. Orlandi, 1999). *Assentamento* aponta para a questão do *movimento*, a sociedade *se fixa* no espaço como condição da cidade. Segundo a autora, essas noções permitem que trabalhem com relações não-dicotômicas entre as diferentes materializações do espaço. Nesse sentido, ela desconfia de oposições como cidade/ campo, rural/ urbano, eu acrescento: centro/ periferia, bairro/ favela, casa/ rua, meio/ margem. Tendo em vista o *movimento*, a cidade seria um “agrupamento humano que se fixa”. E o campo também. A diferença entre eles estaria na questão da *quantidade* (aglomeração). Focando, portanto, a noção do *movimento*, o oposto de *cidade* não seria *campo*, mas o (*semi*) *nomadismo* (sociedades que se fixam de modo mais ou menos provisório no espaço). “Os diferentes espaços podem assim ser pensados como ‘agrupamentos’ que se fixam ou não se fixam (movimento), em caráter permanente ou provisório (tempo – duração), processo associado a uma maior ou menor aglomeração, concentração (quantidade)” (op. cit. p. 27). Esta seria uma definição que considera as contradições, recobrimentos e descontinuidades quando pensamos na relação do espaço com sua exterioridade e também com seu interior – o modo como sujeitos vivem (n)o espaço.

É possível também refletir sobre o espaço em termos da legitimidade do sujeito – o habitante – que ocupa esse espaço: fixando-se nele (morador/ocupante/invasor, proprietário/inquilino) ou circulando por ele (motorista/pedestre, andarilho, passante, transeunte). A autora associa, assim, o *movimento* à *quantidade* e nos diz que habitar o espaço da cidade se define em termos de *como*, em face da concentração que qualifica esse espaço, o

*movimento é significado – produzido, (im)possibilitado* – nas diferentes instâncias institucionais. É a determinação de como o sujeito se fixa e circula no espaço concentrado/aglomerado da cidade: *casarão/ casa/ apartamento* (questão técnica de como se fixar tendo em vista a concentração); *ruela/ rua/ avenida* (questão técnica de como se administra/ possibilita a circulação frente à quantidade de fluxo); *proprietário/ sem-teto* (questão econômica – política – de como se distribui o espaço a ser ocupado na sociedade que se concentra) que se coloca como questão na atualidade. No interior das materializações do espaço, temos uma divisão social entre público e privado. Uma divisão histórica que determina de modo específico a distribuição do espaço entre os que o habitam, feita pela mediação do Estado enquanto gestor do bem público. Parte do espaço é atribuída aos habitantes em caráter particular (propriedade privada), e parte é compartilhada entre eles. O sentido público vai sendo construído *espacialmente* enquanto uma *oposição* que nos leva a pensar numa imobilização, dualização, das possibilidades de inscrição da relação espaço – sujeito. Mas o sujeito resiste! Podemos dizer que o movimento dos sem-teto, as pichações (em muros alheios), os moradores de rua, os ambulantes nas calçadas são acontecimentos que desestabilizam a oposição público – privado, indistinguindo-a.

Quando abordamos as relações entre público e privado não podemos deixar de retomar o trabalho de Sennett (1989) em *O declínio do homem público*. Para tanto, percorro as compreensões que Nunes (2001) elabora da palavra *rua* e seus derivados em dicionários da Língua Portuguesa dos séculos XVIII ao XX. Ancorando-se, de forma discursiva, no trabalho de Sennett sobre o desgaste que a modernidade impõe à relação do público com o privado, Nunes propõe que tomemos o dicionário enquanto prática urbana e prática lingüística – *instrumento lingüístico de urbanidade*. Um instrumento que materializa processos de produção de sentidos próprios da cidade; fazendo circular a constituição do espaço-tempo da cidade pela linguagem. Ao analisar um percurso de definições do termo *rua* em dicionários o autor nos diz que essa noção abre para diversas significações, designa espaços, sujeitos, práticas urbanísticas, acontecimentos, a fusão do espacial e do social, as contradições que atravessam o espaço público.

Sennett (1989), analisando a história da palavra *público*, mostra que é por volta dos séc. XVII / XVIII na França e na Inglaterra que a oposição entre público e privado toma corpo. Significando antes o *bem comum* ou o *corpo político*, a palavra *público* passa a

designar mais fortemente “uma região especial da sociabilidade”. Produz-se uma oposição entre o espaço aberto à observação de qualquer pessoa e a região protegida da vida, definida pela família e amigos. O domínio do público passou a designar uma diversidade relativamente grande de pessoas (quantidade) – época da construção dos grandes parques urbanos, dos cafés e ruas com a finalidade de *passeio*. O final do séc. XIX, com a consolidação das revoluções burguesas e a ascensão do capitalismo industrial nacional, inaugura uma mudança nos sentidos de público e privado: a vontade de controlar e moldar a ordem pública se desgasta e enfatiza-se uma necessidade de se *proteger contra* o público, o *privado* seria essa proteção.

A análise de Nunes (op. cit.) nos dicionários de Língua Portuguesa mostra um percurso semelhante. A rua era antes lugar de passagem do cidadão, lugar ordenado, esquadrinhado. Depois, passa a ser um lugar de passeio, no qual convive uma complexa diversidade social marcada pelo comportamento: a exibição, a paquera, a vadiagem; os conflitos começam a se mostrar. Nos finais do séc. XIX, a rua passa a ser nomeada como espaço público (em oposição ao espaço privado: casa, trabalho); a ordem pública se desgasta, passando a ser vista como moralmente inferior até tornar-se, mais recentemente, de um lado, o espaço sem sociabilidade (do trânsito e da circulação), de outro, o da representação de uma classe inferior.

Nunes delimita um *corpus* que percorre cinco dicionários de períodos distintos:

- 1) Bluteau (1712): arruado, arruar, rua, ruão;
- 2) Moraes (1789): arruado, arruador, arruamento, arruar, rua, ruão;
- 3) Aulete (1881): arruassa, arruador, arruamento, arruar, rua;
- 4) Freire (1954): arruaça, arruação, arruaçar, arruaceiro, arruadeira, arruado, arruador, arruar, rua, ruaça, ruaceiro, ruador, ruão;
- 5) Aurélio (1975): arruaça, arruação, arruaçar, arruaceiro, arruado, arruador, arruamento, arruar, rua, ruaceiro, ruador, rueiro, ruela, ruão.

E, num gesto descritivo, traça eixos de denominação: em Bluteau, temos a nomeação do espaço (*rua*), do sujeito da cidade (*ruão*) e da ação sobre a cidade (*arruar*, *arruado*); em Moraes, o sujeito da cidade é também tratado como *arruador* (um nome que traz a questão da perturbação da ordem urbana por um sujeito); Aulete inaugura, com o verbete *arruaça*, o eixo dos acontecimentos urbanos (especificamente definidos como desordem). É a partir dessa época também que a rua passa a ser definida como espaço público.

Chamo atenção para essa aproximação: um espaço de passagem e passeio que começa a ser tratado como espaço público e ocupado por sujeitos, mas quais sujeitos? O *arruador*, o *arruaceiro*, o *rueiro*. O sujeito que está na rua, se não está de passagem, só pode perturbar? A rua, a partir do século XX, é vista também como conjunto de habitantes, um grupo ou classe social, mas quem fica (na rua) provoca desordens nesse espaço convencionado para ser de passagem (entre), de *passeio* (público), de *circulação* (“Circulando!”). Desse modo, o sujeito na rua é significado em movimento (“*ir para rua, sair da rua, ficar na rua, pôr na rua, rua!*”).

O autor distingue quatro formas-históricas para o espaço da rua, denominadas por ele como: 1) A rua e a cidade ordenada; 2) A rua como lugar de passeio; 3) A rua e as transformações do espaço público e 4) A rua: espaço de circulação. Focarei a abordagem do sujeito em suas formulações.

O dicionário de Bluteau, como indício da primeira forma-histórica da rua, traz o verbete *ruão* no sentido de cidadão; aponto aí uma questão com relação ao sentido atual de quem está na rua: o sujeito, o morador, o habitante da rua é habitante da cidade? Em que medida a rua se deixa habitar?

Em Moraes, o sentido de rua como espaço de passeio e convívio social é significado particularmente pelo verbete *arruador*: um sujeito “que corre as ruas fazendo mal, desordens com as mulheres, requestando” e *ruão*: definido como habitante da cidade (não como antes: *cidadão*). Nunes explicita que o motivo de desordem é o sujeito (*arruador*), não o espaço (*rua*). Podemos relacionar essa sua compreensão à de Rolnik (1999a) quando propõe como uma eficaz inversão da legislação urbana atual o entendimento do lugar enquanto marginal que faz deslizar sentidos, também marginais, para seus habitantes.

Na terceira *forma-rua* apontada pelo autor, o processo de violência e desordem se acentua: Aulete apresenta o verbete *arruassa* (com o significado de “motim de arruadores”). É um nome que designa “o que acontece na rua”, um acontecimento que caracteriza o espaço público pelo conflito. A interjeição “Rua!”, no sentido de expulsar, é significativa por produzir enunciativamente uma oposição entre o espaço em que o enunciador se encontra (privado) e um espaço exterior (considerado público). *Ruão* perde o sentido de *cidadão* e de *habitante da cidade* para dar lugar a *vadio*. Freire intensifica a constituição das transformações no espaço público ao trazer a acepção “a classe inferior da sociedade; a plebe” para o interior do verbete

*rua*. Enquanto Aulete nomeia os diversos sujeitos citadinos (“habitantes, vadios, malandros, prostitutas”), Freire sintetiza: “classe inferior”. Esse fato, segundo Nunes, nos permite observar a “formação de uma representação de classe para o espaço da rua” (op. cit. p. 108), onde o incômodo deixa de ser causado por atitudes individuais e passa a ser diretamente relacionado à “classe baixa que está na rua”.

A especificidade do dicionário Aurélio está na inserção de um discurso urbanístico a partir da introdução dos termos “via pública” e “circulação urbana”. A metáfora da circulação, muito usada no planejamento urbano moderno, evidencia a cidade como um sistema orgânico, dividido em ruas para circulação dos veículos. A rua é significada tecnicamente pelo setor dos transportes. Nunes salienta ainda que o termo *circulação* pode significar uma movimentação contínua em oposição ao sentido de estar parado, ou passeando: o imperativo “Circulando!” vem como uma necessidade para se evitar a reunião de pessoas num espaço público já significado negativamente. Podemos dizer, portanto, juntamente com Nunes, que a oposição ordem/ desordem define nossa atual relação com o espaço da rua e ficam silenciadas aí manifestações de rua, passeatas, festas, conversas, reuniões públicas, prevalecendo os sentidos de “tumulto popular” e “vadiagem”: *con-fusão*.

Trabalhando a contradição entre um imaginário de *organização urbana* que circula pela vulgarização do discurso do urbanista e a *ordem da cidade* que instaura um espaço significante para o sujeito, Orlandi (2004) traz a possibilidade de produzir um conhecimento sobre a cidade que leva em conta sua complexa história de constituição “na difícil relação entre a cidade, o urbano e o social”. De meu ponto de vista, busco compreender essa relação (cidade, urbano, social) a partir dos *entre-meios* da cidade (cruzamentos, esquinas, semáforos). Penso que há aí um *des-dobramento* da ordem (da cidade) na organização (urbana). “Te avisei que a cidade era um *vão*” (cf. Orlandi, 2004, p.8). Um *vão* cheio de sentidos. E assim, segundo a autora, a cidade se ancora simbólico-politicamente na *quantidade*: não é possível pensá-la socialmente sem o comum, o mesmo e o muito metaforizados. Deparamo-nos quotidianamente com esse (o) conflito: a cidade como um espaço forte de interpretação. Isso significa que compreender a cidade em seu funcionamento é colocar em questão o trabalho do simbólico no urbano, sua constitutividade e seu funcionamento na cidade. *Margens* em movimento. *Cruzamentos* materialmente dispersos. Pontos de ancoragem da espacialidade urbana. Buscamos, assim, as possibilidades do inesperado, do indecifrável, do não-dito

enquanto sentidos em processo. Vias de deslocamento. A cidade é injunção a trajetos, vias, ruas.

Nesse trânsito pelos sentidos possíveis da cidade, a autora mostra diversos olhares que desestabilizam a necessidade de organização urbana. Na prática capitalista a materialidade simbólica da cidade fica reduzida à urbanização: a cidade e o social passam a significar somente pela discursividade urbanista. Assim, o comum, o mesmo e o muito, a *quantidade* significativa (n)da cidade, não se metaforizam bem: o tempo urge, o espaço é entulhado, o outro é inimigo. O conflito, a diferença, o social se transferem, naturalizadamente, para os sentidos da violência. É essa metáfora mal sucedida que sustenta, segundo as análises da autora, o imaginário de que um condomínio fechado, um bolsão residencial, um *shopping* trazem segurança. Um muro que proíbe gerando mais violência. Porque segrega. Determina quem pode e quem não pode. Os bem-vindos e os malvistos. Desconfia de todos que estão (postos) fora.

E as relações sociais? E os sentidos que estão por vir? E os espaços públicos? O cálculo e a abstração buscam sempre preencher. “Sem espaço vazio não há possível, não há falha, não há equívoco” (op. cit. p.35). Os sentidos da cidade estão sendo ocupados pelo discurso homogeneizante da violência. Mas a cidade é um *vão*. Dispersão. Sentidos deslizam de outros lugares. Fazendo ouvir, no mesmo, a divergência. “Entre motores e ruídos (...) o vôo do pássaro cria *uma nova hipótese de espaço*” (op. cit. p.27). É assim que cidadãos, moradores, habitantes, transeuntes poderão *des-transformar* a cidade em dispersão, divergência, deslizes, vias, *vão*: um lugar de significação para o sujeito.

Assim, direciono um olhar para os *entre-meios* da cidade enquanto espaços tensos e inconstantes que textualizam o conflito da constituição da subjetividade. Os cruzamentos trazem o equívoco do sujeito para a cidade. Concentração, interrupção, suspensão, abertura, espaços de fuga, retornos, paradas, permanência: intensificação do sentido de circulação da cidade. Resistência à contenção em uma injunção à parada e ao movimento. Injunções que mobilizam em meu trabalho uma análise do lugar do sujeito em espaços institucionais. Esse meu gesto busca compreender como a lei, o dicionário, a fotografia, o jornal textualizam possibilidades de relação do sujeito com a rua, da margem (social e espacial) com os cruzamentos. A partir dessa compreensão poderemos pensar que o sujeito e a cidade resistem, e como resistem, às fragmentações de seus sentidos.

### III. QUEM É (O) SUJEITO (N)À CIDADE?

#### **Sujeito em uma história**

A relação sujeito – cidade demanda uma discussão do lugar do sujeito para a Análise de Discurso num batimento com a questão do espaço da cidade enquanto uma configuração histórica específica dos modos de interpelação desse sujeito. Possibilidades de leitura que afirmam a historicidade do sujeito. De um lado, dizer *sujeito à cidade* significa colocar em pauta a relação da forma sujeito-capitalista com o espaço de sustentação, de ancoragem dessa posição. A cidade faz circular um modo de vida (social, urbano) que determina espaços de significância para o sujeito na atualidade: é sujeito à cidade mesmo aquele que não está na cidade (cf. Orlandi, 2003). De outro, a suspensão dos parêntesis na interrogativa – “quem é (o) sujeito (n)à cidade?” –, nos faz perguntar pelas possibilidades de circulação de posições-sujeito no espaço urbano. Coloco em jogo o sujeito, sua constituição histórica e sua circulação material em sentidos imbricados, diversos, opostos, concorrentes, cruzados: o que significa ser sujeito de linguagem (n)à cidade?

O modo como a cidade significa o sujeito na atualidade tem a ver diretamente com os traçados da *subjetividade contemporânea*, ou seja, a formulação do sujeito afeta a significação do espaço. E também, por nossas pesquisas, podemos dizer que a formulação do espaço (em cidade) sustenta determinados sentidos para uma forma-sujeito. Lewkowicz, Cantarelli e Grupo Doze (2003) trazem uma proposta de reflexão sobre como o sujeito fica significado na passagem de uma sociedade de Estado para uma sociedade de Mercado. Segundo eles, há um esgotamento do Estado enquanto instituição doadora de sentido. O Estado Nação perdeu sua função de articulação simbólica e se transformou numa máquina técnico-administrativa. A dinâmica do mercado se instala como prática dominante. Mas isso

não significa que tenha substituído o Estado enquanto provedor de sentido aos acontecimentos. O mercado opera pelo modo do imediatismo, conectando e desconectando lugares, mercadorias, pessoas, informação, capital, tecnologia: não garante sentido. Frente a esse novo modo de relação simbólica o sujeito precisa construir espaços para se inscrever. Se a dissolução é a forma de existência nos tempos contemporâneos, é necessário fundar procedimentos e intervenções capazes de *ligar, afirmar, sustentar*: para “fazer de um fragmento uma situação” (Lewkowicz; Cantarelli e Grupo Doze, 2003: 47, 48). O fragmento é o que resulta desse esgotamento do Estado. *O fragmento é o que fica*. Enquanto sustentação imaginária, é preciso fisgá-lo.

Como já dissemos, é o mito da *completude* que fundamenta o urbano instituindo o imaginário da fragmentação da cidade (Orlandi, 2003, 2006). Dissemos também que discursivamente a noção de *imaginário* é forte, ancora o sujeito de linguagem. Enquanto analistas, trabalhamos a diferença entre real e imaginário, sabemos que pelo simbólico, pela linguagem, a formulação tem a ver com o imaginário e pode tomar diversas formas (limites) na história. Meu trabalho busca compreender a cidade como espaço simbólico-político que textualiza sentidos para o sujeito. Como funciona a relação entre cidade e sujeito? Lewkowicz; Cantarelli e Grupo Doze. (op. cit.) compreendem que a *ocupação* de um lugar num sistema de lugares era um procedimento subjetivo próprio (de resistência à) da meta-instituição estatal. Isso já não funciona: não há espaços prévios, há fragmentos. É a partir dessa fluidez do mercado que o sujeito pode *habitar* uma situação, isto é, construir – e sustentar – seus espaços de significação.

Pensando especificamente em minha proposta de análise, pergunto: é esse o funcionamento da relação *sujeito de rua* na rua?

## **Do sujeito na história**

Discursivamente, trabalhamos o sujeito constituído pelo inconsciente, pela língua, pela história, pela ideologia. Sujeito a (*relação a*) língua, história, ideologia como uma suspensão praticada pelo estruturalismo, pela teoria psicanalítica, pelo materialismo histórico. Mas como a Análise de Discurso encara essas filiações? Paul Henry (1990) nos diz da

importância da apropriação, da *reinvenção* dos instrumentos pela teoria. Meu objetivo é compreender e formular a apropriação dessas questões na prática científica discursiva.

P. Henry (1990) retoma a posição teórica de Lacan, Derrida, Foucault dizendo que agrupá-los sob a etiqueta do “anti-humanismo teórico” traz uma relação, que podemos dizer comum, com a linguagem, o signo ou o discurso. É nesse sentido que, partindo da releitura estruturalista, fazemos uma crítica a toda tentativa de desvendar uma verdade ou origem que resista ao *jogo da linguagem*. Formulada em diferentes campos, é à linguagem (jogo, ordem do signo, discurso) que nos referimos. Linguagem enquanto exterior ao falante, enquanto um *sempre-já-lá* que define a *posição* do sujeito, de todo sujeito possível.

Althusser é também referência forte para a Análise do Discurso. Ainda segundo P. Henry, o objetivo de Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* (1969) é elaborar a relação – *ideológica* – entre o discurso e a prática política: essa possibilidade se dá historicamente, de um lado, pelas formulações de Lacan, Derrida e Foucault – que falam de um sujeito do “inconsciente estruturado como uma *linguagem*”, de um sujeito do “jogo de ordem do *signo*” e de um sujeito “da ordem do *discurso*” – e, de outro, pela elaboração althusseriana do conceito de ideologia relativamente ao sujeito – “a ideologia não existe senão por e para sujeitos”. É a consideração desses pontos que fará a teoria discursiva apropriar-se de um conceito de *discurso* diferente do conceito de Foucault<sup>5</sup>.

Althusser aponta uma ligação entre “a evidência da transparência da linguagem” e “o efeito ideológico elementar”. Mas é Pêcheux que, trabalhando a questão da ideologia a partir de Althusser, formula “o sujeito enquanto efeito ideológico elementar” (Henry, 1990). Ele se coloca, assim, entre o *sujeito da linguagem* (Lacan, Foucault, Derrida) e o *sujeito da ideologia* (Althusser) elaborando mais fortemente a relação da “evidência subjetiva” com a “evidência do sentido” (Pêcheux, 1975). É aí que se constrói seu conceito de *discurso*: num espaço que não desconsidera o trabalho da ideologia na linguagem. Essa é a possibilidade do jogo de significação da língua no sujeito na história – “processo sem sujeito nem fim(s)”. Descentramento que o estruturalismo nos fez por em causa abrindo o espaço da linguagem enquanto estrutura, enquanto ausência:

---

<sup>5</sup> Em *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault tem por objetivo renovar o campo da história das idéias – que considera uma subjetividade psicológica como princípio explicativo – trazendo o conceito de discurso enquanto integrado por enunciados. Nesse sentido, ser sujeito é ocupar uma posição enquanto *enunciador*.

“[...] a estrutura como algo que apenas está presente nos seus efeitos e que inclui entre seus efeitos a sua própria ausência, a estrutura como algo que põe o sujeito em cena e lhe atribui um papel, sem nunca se tornar visível na plena evidência dessa cena, *a estrutura como estruturalidade* [...]”. (Coelho, 1967)

O estatuto da história na relação com o sujeito é posto em causa por Althusser: “ela [a história] não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um motor: a luta de classes” (1978: 71). Discursivamente, o sintagma *luta de classes* se formula enquanto *confronto de sentidos*. Podemos dizer, parafraseando Pêcheux (Henry, 1990: 21), que a duplicidade da relação de determinação (determinado – determinante) significa no sentido da constituição em uma demanda da exterioridade e, ao mesmo tempo, da construção daquilo que torna possível a existência dessa demanda. É a *contradição* histórica e o *equivoco* da linguagem que possibilitam a resistência, a mudança não como efeito ou consequência de algo ou alguém, mas como sentidos possíveis ou não-possíveis em determinadas condições para determinadas posições-sujeito.

Vemos aí a importância do trabalho discursivo em suas intervenções no marxismo, na psicanálise e na lingüística. Em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês” (1978), Pêcheux elabora de maneira incontornável a relação da teoria do discurso com o impossível do inconsciente “na pulsação sentido/ *non-sens* do sujeito dividido” (Pêcheux, 1997, p. 300). O sentido é produzido no que falha pelo deslizamento sem origem do significante. Instala-se aí o primado da metáfora sobre o sentido. Pêcheux acrescenta a necessidade de considerarmos que “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da forma-sujeito ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (1997, p. 300).

Pêcheux formula a causa daquilo que falhou em *Semântica e Discurso*: confundir *sujeito* e *ego* enquanto forma sujeito-de-direito. Não há um *eu* plenamente identificado numa forma-sujeito. *Falta a causa que determina o sujeito onde o efeito de interpelação o captura* (op. cit. p. 300), essa falta se mostra sob a forma do lapso, do ato falho, do equivoco, da metáfora. “Nada se torna sujeito, mas aquele que é ‘chamado’ é sempre-já sujeito” (Henry, 1990: 30). Linguagem e ideologia trabalham na constituição de um sujeito *sempre* histórico.

## Excesso e falta

Analicamente, as elaborações sobre a historicidade do sujeito se relacionam a um trabalho com a materialidade da linguagem. Urbano, social, público: quais são os espaços possíveis do sujeito (se) significar (n)a ordem da cidade? A língua, materializada em espaços institucionais como a lei, recorta quais sentidos para os espaços da cidade sujeitos ao sujeito? Como a *quantidade constitutiva* (Orlandi, 1999) da cidade (se) estrutura (n)os espaços *vãos*? Quem pode ocupá-los? Que sentidos ficam silenciados, expostos, esquecidos, escancarados, apagados, marcados? Para compreender discursivamente esse funcionamento (da textualização do sujeito na cidade via instituição) busco articular o modo como Orlandi (1992) compreende o *silêncio* referentemente ao discurso com a noção de *acréscimo* (e falta) (cf. Authier-Revuz, 2002 e Orlandi, 2001c) na relação com a textualidade. Trabalhar o silêncio como *condição da significação* e o acréscimo numa relação *indissociável e contraditória com a incompletude* é operar novamente um descentramento, borrando os limites entre presença, ausência e possível, entre dizer, não-dizer e “*a dizer*” (Orlandi, 2001c: 111).

Orlandi vai propor o silêncio como fundante: *o real do discurso é o silêncio* (1992, p. 31). Ela o toma como movência que é recortada, estancada pela palavra. A autora descentra a linguagem, remetendo-a a uma contra(*outra*)parte. Temos, com isso, uma distinção entre: 1) o *silêncio fundador* – que existe nas palavras significando o não-dito, abrindo espaço na cadeia significante – e 2) a *política do silêncio*. Esta se subdivide em *silêncio constitutivo* – ao dizer de determinada forma necessariamente deixamos de dizer de outra – e *silêncio local* – a censura, o que é proibido dizer em determinada conjuntura. Ao compreender que o silêncio é fundador Orlandi nos mostra que, enquanto sujeitos de linguagem, estamos sujeitos a um funcionamento ausente, e por isso, possível de sempre significar *diferentemente*, com ou sem palavras: somos irremediavelmente constituídos pela relação com o simbólico.

Em minha prática de análise, procuro compreender o funcionamento do acréscimo pelo entendimento do *silêncio* enquanto o real do discurso. O acréscimo enquanto efeito de *a-mais* se dá na textualização do discurso. “A discursividade é incomensurável, mas o texto representa o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas possíveis.” (Orlandi, 2001c: 115). Dizemos que a língua funciona metaforicamente, pela possibilidade do deslize. A

*língua é uma estrutura falha*. É já-sempre efeito ideológico o fato de um *a-mais*. A formulação se mostra nesse funcionamento próprio do simbólico: falta, falha, o que não está.

Proponho trabalhar o acréscimo como uma formulação que joga com o *equivoco* próprio ao funcionamento da linguagem de uma maneira muito particular: indecidindo os contornos ideológicos, indiciando uma relação inacabada com o sentido. Imaginariamente a incompletude, constitutiva quando pensamos o real da língua, remete à possibilidade de um *efeito de acréscimo*, um acabamento do dizer. A possibilidade do *acrécimo*, seu efeito, aponta para o silêncio que existe na relação com outras palavras, deslocando o efeito de evidência da formulação (se podemos acrescentar é porque há a possibilidade de dizer de outro modo: com outras palavras, outros arranjos, outras extensões). Esse efeito de *a-mais* constrói diferentes formas de textualidade. Orlandi (2001c) propõe dois movimentos no funcionamento do acréscimo: do interior para o exterior (a *expansão*) e do exterior para o interior (a *inserção* ou *intrusão*). O fato do acréscimo põe em cena uma forma de ajuste imaginário entre discurso e texto, afirmando nossa ilusão de completude. Analiticamente, devemos considerar que esse imaginário joga com nossas práticas de linguagem: compreendendo-o, também as compreendemos.

## **Legislar o sujeito**

Proponho uma reflexão sobre o estabelecimento de políticas públicas que regulam as possibilidades de relação do *sujeito* com a *cidade* através de secretarias, programas e campanhas de prefeituras, de leis sobre a propriedade, o uso do espaço e a delimitação dos direitos da população de rua através da assistência social. Reflexão que me faz transitar pelo texto da lei perguntando como o *social*, o *urbano* e o *público* se textualizam institucionalmente. Quando falamos em legislação urbana, o *Estatuto da Cidade*, lei federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001, se mostra como um espaço importante de reflexão. Esta lei traz como título uma formulação que nos leva a perguntar: o que é a cidade no *Estatuto*? Qual cidade está instituída pelo *Estatuto*?

Lagazzi-Rodrigues (2003), ao trazer o *Estatuto da Cidade* enquanto um espaço de interlocução para *Enciclopédia Discursiva da Cidade*, chama a atenção para a relação de

*intertextualidade* desta lei com a Constituição Federal. O *Estatuto*, justificando-se enquanto uma regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição, constrói discursivamente um espaço de leitura, de interpretação. Relação de intertextualidade com uma política urbana prevista na Constituição de 1982 definindo os sentidos que circulam no espaço da cidade entre o jurídico e o urbano. Um gesto situado e apoiado na propriedade do solo e de imóveis: uma formatação político-jurídica de questões sociais por meio da abstração e da generalidade da lei.

Quando o texto constitucional diz em seu parágrafo segundo:

“A **propriedade urbana** cumpre sua **função social** quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”

vemos o cruzamento de um sentido geral e abstrato de social se materializar numa discursividade da propriedade. Isso significa dizer que a *Constituição* reforça, juntamente com os discursos da urbanização, uma necessidade de legislar a cidade em causa da propriedade. Necessidade que se repete e consolida pelo fato da promulgação do *Estatuto da Cidade*.

“Para todos os efeitos, esta lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece *normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental*”.

Esse parágrafo pode ser compreendido como definidor do lugar que o *Estatuto da Cidade* inaugura para si. Pergunto aí como se articula a relação entre *normas de ordem pública e normas de interesse social*: a *ordem pública* e o *interesse social* recortam espaços distintos de significação? O que é o social, o que é o público?

Esse enunciado-entrada do *Estatuto* aproxima as noções de “ordem pública e interesse social” pela conjunção ‘e’. Podemos interpretá-la como estabelecendo uma relação de *sinonímia* ou de *adição* se entendemos o ‘e’ como alternativo ou aditivo, respectivamente. “Ordem pública e interesse social” – complementares e/ou excludentes – determinam a regulação do “uso da propriedade urbana”. São elementos definidores da distribuição dos usos da cidade. Podemos dizer também que a *ordem pública* e o *interesse social* ficam determinados por “bem coletivo”, “segurança e bem-estar dos cidadãos” e “equilíbrio ambiental”. Produz-se um jogo de determinações que coloca como objetivo uma imbricação equívoca: a *propriedade urbana* funciona determinada pela *ordem pública* e pelo *interesse social*, de um lado, e pelo *bem coletivo*, de outro. Retomando o percurso de leitura de Lagazzi-

Rodrigues (2003) na ENDICI, podemos dizer que o texto da lei produz um *efeito de indistinção*. A autora traz suspensões importantes para deslocarmos a transparência dessas formulações:

“normas de interesse social” (interesse de quem? quais interesses? quais normas?);

“bem coletivo” (bem para quem? mal para quem? bem? mal?);

“funções sociais da cidade” (o que compõe a cidade? quem não faz parte da cidade?, função social na relação com que outras funções?);

“segurança e bem-estar dos cidadãos” (contra quem? quem são os cidadãos?).

Esses sintagmas vão produzindo a impressão de evidência pela generalidade e pela abstração, pela contenção das polêmicas: sem questionamentos. Um discurso, como nos mostra Zoppi-Fontana (2005), que se sustenta na *virtualidade* do acontecimento. A autora entende essa virtualidade dos fatos legislados não só como *possibilidade-de-existência-concreta*, mas, sobretudo, no sentido de *já-existência-formal* do fato *na lei*. As leis sobre a cidade transferem o sentido de propriedade da *discursividade urbano-capitalista* para a *discursividade sócio-quotidiana*: a vida nas cidades se pauta por relações estabelecidas nos discursos do urbanismo e do capitalismo.

Nesse sentido, temos uma compreensão interessante do texto jurídico sobre a cidade: ele funciona pela transferência de um sentido construído em uma determinada discursividade (a *propriedade* capitalista e a noção de *organização* do urbanismo) para outro discurso, com outra sustentação histórica, social e ideológica (o próprio funcionamento cotidiano da cidade), à maneira de um *simulacro*. Discursivamente, entendemos o simulacro como uma relação entre discursos que interpreta o sentido transferido de um modo próprio, diferente (Gallo, 2004). O fato jurídico pode ser entendido como um *entimema*, definido por Copi (1953, apud Zoppi-Fontana, 2005) como aquilo “que fica ‘subentendido’, ou apenas ‘na idéia’, quando um argumento é enunciado de modo incompleto”. Um conceito da lógica que aponta para a *incompletude* e para o *não dito*: é a memória discursiva que sustenta a possibilidade do enunciado da lei formular *antes* um fato do mundo como sendo *já-dito*, pressuposto, trivial, transparente. É como se só pudessemos conceber a cidade pela via da propriedade e da organização: ancoragem de um sentido em outros.

O olhar discursivo permite, pois, um trabalho na opacidade das formulações da lei, na equivocidade que recorta um espaço específico de significação para a cidade. Mas quais são os sentidos desse equívoco? Como funciona a cidade enquanto *propriedade urbana* na relação com o *público* e o *social*? Busco, a partir daí, os sentidos textualizados para a relação do *público* com o *social* no *urbano* do Estatuto. Uma reflexão estruturada pelas noções de acréscimo e falta, que – de maneira fluida – *parodiam* a incompletude (Orlandi, 2001c: 122).

Especifico minha questão: como o *social* se mostra na relação cidade/ lei? Como o social é legislado? Transcrevo a seguir as ocorrências da formulação “social” no texto do *Estatuto*:

“A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade** e da propriedade urbana [...]”

“[...] cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao **interesse social**.”

“[...] adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da **sustentabilidade ambiental, social e econômica** do Município e do território sob sua área de influência.”

“[...] elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de **desenvolvimento econômico e social**.”

“[...] instituição de zonas especiais de **interesse social**.”

“Nos casos de **programas e projetos habitacionais de interesse social**, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.”

“Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de **controle social**, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.”

“[...] adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos **diferentes segmentos sociais**.”

“[...] assistência técnica e jurídica gratuita para as **comunidades e grupos sociais menos favorecidos**.”

Essas ocorrências, tomadas em seu funcionamento lingüístico-histórico, podem nos trazer compreensões importantes sobre o modo como a lei textualiza as possibilidades do social.

Recorte 1:

funções *sociais* da cidade  
interesse *social*  
controle *social*  
sustentabilidade ambiental, *social* e econômica  
desenvolvimento econômico e *social*  
diferentes segmentos *sociais*  
comunidades e grupos *sociais* menos favorecidos

Trabalhando (n)a materialidade lingüística, vemos que o social pode ser considerado como um *adjunto* de “funções, interesse, controle, sustentabilidade, desenvolvimento, diferentes segmentos, comunidades e grupos”. Esse espaço de *adjetivação* que os substantivos possibilitam nos faz perguntar sobre o que silenciam pelo fato de se formularem desta maneira e não de outra: a que outras formas de “função, interesse, controle” o social se opõe ou com quais se relaciona? O que o social significa enquanto *adjetivo*? O que esses substantivos significam enquanto *adjetivados* por *social*? É o efeito de *acréscimo* que joga na relação entre os possíveis termos de um sintagma nominal.

O *adjunto* funciona expandindo, especificando, *acrescentando* (a uma falta?): forte trabalho ideológico no direcionamento dos sentidos. É interessante notar que o funcionamento jurídico tende ao *acréscimo* na medida em que afirma aquilo que “deve ser feito”: a obrigação, o imperativo, a sanção (Mialle apud Lagazzi-Rodrigues, 1998). E ao mesmo tempo, pela necessidade de generalidade, o direito funciona elipticamente na argumentação: confere *autonomia* a categorias *relativas*, *equivalência* a relações *desiguais*, *completude* a sentidos *contraditórios* (Edelman apud Lagazzi-Rodrigues, 1998) instituindo a necessidade de se acrescentar uma regra *a mais*, uma condição *a mais*, uma categoria *a mais*: *acréscimo*, mas não-saturação.

Com essas questões retomo o recorte do *social* funcionando enquanto *adjunto* no texto do *Estatuto* e aponto para eixos de significação possíveis na relação com a cidade:

- enquanto elemento de uma enumeração de fatores (“sustentabilidade ambiental, *social* e econômica; desenvolvimento econômico e *social*”). O social é construído como uma expansão, produzindo um efeito de *completude* pela possibilidade de ampliação das determinações, uma forma de se alcançar, enfim, a sustentabilidade e o desenvolvimento (plenos?);

- como caracterização dos espaços de atuação da lei que regula a cidade (“funções *sociais* da cidade; interesse *social*; controle *social*”). O social funciona aí como justificativa para a necessidade de organização da cidade: uma intrusão argumentativa de um efeito de generalização do social. Ele se reduz a um conjunto indistinto, homogêneo, totalizador de motivos para a intervenção jurídica na cidade fazendo valer as funções, o interesse e o controle sociais como se o *social* fosse *consensual*;

- delimitando as parcelas de composição da sociedade (“diferentes segmentos *sociais*; comunidades e grupos *sociais* menos favorecidos”). O social é significado como múltiplo e diverso num adjunto que expande acrescentando *a priori* não-importa-o quê para a relação do sujeito com características, origens ou interesses comuns. Um consenso local que produz *segregação* (cf. *Projeto CAeL*): é possível não estar incluído nos segmentos, grupos e comunidades? Não estando, como o sujeito deixa de fazer parte do social?

Como *completude* (num movimento de expansão), como *consenso homogêneo* (na intrusão de um argumento) ou como *consenso múltiplo* (na expansão que generaliza), o social é legislado: eixos de significação de um modo de seu funcionamento que determina os sentidos possíveis na imbricação da discursividade capitalista-urbanista com a cotidiana. Partindo dessa compreensão, podemos nos perguntar quais sentidos deixam de significar como social para o urbano da lei? Qual o espaço para o político constitutivo do social, o político entendido como *divisão* dos sentidos na relação entre posições-sujeito? Segundo Authier-Revuz e Lala (2002) “le rapport de l’ajout à sa base fait jouer une partition, de l’ordre de la *hiérarchie*, entre essentiel, principal, central, premier, ... et contingent, facultatif, accessoire, annexe, secondaire, ..., voire superflu”<sup>6</sup> (op. cit. p. 08). No caso dos enunciados que analisamos, temos estruturalmente um sintagma nominal (substantivo + *adjetivo*, nome + *adjunto*) onde o *social* entra dissimetricamente como acréscimo “O acréscimo pode ser considerado um vestígio dos limites do sujeito” (Orlandi, 2001c: 124). Trabalhando a *forma material*, como podemos compreender o *social* na posição de adjunto? Acrescentar algo é também dizer de sua falta...

Direciono minhas questões para um outro recorte que o enunciado-entrada do *Estatuto* abre: como o *público* e o *urbano* significam? Essa questão se coloca por ter relação

---

<sup>6</sup> “a relação do acréscimo com sua base coloca em cena uma divisão, da ordem da *hierarquia*, entre essencial, principal, central, primeiro, ... e contingente, facultativo, acessório, anexo, secundário, ..., mesmo supérfluo.” (tradução livre)

com o modo pelo qual, partindo do *Estatuto da Cidade*, podemos articular as noções de público, urbano e social. Trago, a seguir, formulações de público e urbano no *Estatuto*:

“[...] garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à **terra urbana**, à moradia, ao saneamento ambiental, à **infra-estrutura urbana**, ao **transporte e aos serviços públicos**, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.”

“[...] oferta de **equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos** adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.”

“[...] recuperação dos investimentos do **Poder Público** de que tenha resultado a valorização de **imóveis urbanos**.”

“[...] isonomia de condições para os **agentes públicos e privados** na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.”

“Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da **Administração Pública** com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de **imóveis públicos** poderá ser contratada coletivamente.”

“O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao **patrimônio público**.”

“Na **ação de usucapião especial urbana** é obrigatória a intervenção do **Ministério Público**.”

“[...] criação de **espaços públicos de lazer** e áreas verdes.”

“Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Município, no prazo de trinta dias, cópia do **instrumento público de alienação do imóvel**.”

“Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de **imóvel urbano, privado ou público**, a exercer em outro local, ou alienar, mediante **escritura pública**, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.”

“Promoção de **audiências públicas** e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.”

“O plano diretor é obrigatório para cidades onde o **Poder Público municipal** pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal.”

“[...] gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, **programas e projetos de desenvolvimento urbano**.”

“[...] planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob

sua área de influência, de modo a evitar e corrigir **as distorções do crescimento urbano** e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.”

“[...] instituir diretrizes para o **desenvolvimento urbano**, inclusive habitação, **saneamento básico e transportes urbanos.**”

“[...] tombamento de **imóveis ou de mobiliário urbano.**”

“Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do **solo urbano não edificado**, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.”

“O **proprietário urbano** poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante **escritura pública** registrada no cartório de registro de imóveis.”

“[...] conferências sobre assuntos de **interesse urbano**, nos níveis nacional, estadual e municipal.”

Partindo desses trechos, proponho dois recortes que agrupam os sintagmas formados por *público* e por *urbano*.

Recorte 2:

ordem *pública*  
transporte e serviços *públicos*  
gastos *públicos*  
isonomia para os agentes *públicos* e privados  
títulos da dívida *pública*  
patrimônio *público*  
Poder *Público*  
Ministério *Público*  
escritura *pública*  
espaços *públicos* de lazer  
instrumento *público* de alienação de imóvel  
audiências *públicas*

Recorte 3:

propriedade *urbana*  
política *urbana*  
terra *urbana*  
programas e projetos de desenvolvimento *urbano*  
distorções do crescimento *urbano*  
imóveis urbanos  
infra-estrutura *urbana*  
atividades *urbanas* e rurais  
padrões de expansão *urbana*

aglomerações *urbanas*  
propriedade predial e territorial *urbana*  
operações *urbanas* consorciadas  
solo *urbano* não edificado, subutilizado ou não utilizado  
imóvel *urbano* ou rural  
áreas *urbanas*  
ação de usucapião especial *urbana*  
proprietário *urbano*  
zona *urbana*

Uma regularidade com relação ao funcionamento lingüístico de *urbano* e *público*: assim como *social*, podem ser considerados enquanto *adjuntos*: acréscimo (expansão e intrusão) na delimitação dos sentidos que circulam na cidade. No esforço de compreensão dessas relações, proponho novamente eixos de significação.

Eixos de *público*:

- enquanto elemento de uma dicotomia com privado (“transporte e serviços *públicos*, isonomia para os agentes *públicos* e privados, espaços *públicos* de lazer, patrimônio *público*”). Público significa aí uma separação com privado no sentido da propriedade, da responsabilidade sobre determinado espaço ou instância da cidade. Ao produzir uma contraposição direta entre público e privado, o *Estatuto* deixa de significar o público enquanto espaço da diferença, da dessemelhança, da heterogeneidade;

- como caracterização de uma relação com o jurídico (“ordem *pública*, gastos *públicos*, títulos da dívida *pública*, Poder *Público*, Ministério *Público*, escritura *pública*, instrumento *público* de alienação de imóvel, audiências *públicas*”). O *público* enquanto adjetivo em expressões próprias do funcionamento jurídico direciona sentidos na relação com uma acessibilidade de todos mediada pelo Estado, configurando um sentido generalizado, universalizante, unânime para o que é público. Vemos funcionarem no texto da lei as compreensões de Rodrigues-Alcalá (2002) sobre a constituição do espaço urbano. A autora diz que, atualmente, *o espaço* (em todas as suas possíveis materializações) *é sobredeterminado pelo Estado nacional*. O Estado é o fato atual que significa politicamente o espaço. Sintoma importante disso em nosso material é quando encontramos no texto de uma lei sobre a cidade sentidos de *público* e de *urbano* determinados pelo sentido de *Estado*.

A análise do material nos mostra também que a divisão histórica entre público e privado funciona de modo a determinar as possibilidades de distribuição do espaço pela

mediação do Estado enquanto gestor do *público*. Parte do espaço é atribuída aos habitantes em caráter particular (temos aí o sentido da propriedade privada), e parte, é compartilhada entre habitantes e Estado. Ainda segundo Rodrigues-Alcalá (2002), as sociedades capitalistas dividem o espaço onde se *fixam* os habitantes enquanto *privado* e aquele por onde *circulam*, como *público*.

Eixos de *urbano*:

- caracterizando o espaço (“propriedade *urbana*, terra *urbana*, imóveis *urbanos*, propriedade predial e territorial *urbana*, solo *urbano* não edificado, subutilizado ou não utilizado, imóvel *urbano* ou rural, áreas *urbanas*, zona *urbana*, infra-estrutura *urbana*”). Quais substantivos *urbano* especifica? *Propriedade*, *terra*, *imóvel* de um lado e *solo*, *áreas*, *zona* e *infra-estrutura*, de outro. Esta divisão traz a relação *privado* e *público* para o espaço urbano. *Propriedade*, *terra* e *imóvel* têm uma relação com um proprietário particular. *Solo*, *áreas*, *zona* e *infra-estrutura* significam na relação com o público, formulado enquanto Estado. O espaço urbano é significado como público *ou* privado, não-contraditório, (bem!) distribuído, unívoco;
- numa relação com medidas de administração (“política *urbana*, programas e projetos de desenvolvimento *urbano*, distorções do crescimento *urbano*, padrões de expansão *urbana*, integração e complementaridade entre as atividades *urbanas* e rurais, operações *urbanas* consorciadas, ação de usucapião especial *urbana*”). *Urbano* é formulado como um adjunto, que inserido, fica sobredeterminado pelo *jurídico* e pelo *administrativo*, significando a cidade enquanto possibilidade de legislar, moldar, gerir, civilizar;
- qualificando o sujeito na cidade (“*aglomerações urbanas*, *proprietário urbano*”). Chamo a atenção, nesses sintagmas nominais, para os substantivos – *aglomerações* e *proprietário*. Adjetivados por *urbano(as)* textualizam o sujeito na lei enquanto concentração, quantidade, excesso (*aglomerações*); ou enquanto legitimação dos que ocupam o espaço urbano (*proprietário*).

A partir da análise de recortes do *Estatuto*, podemos dizer que a textualização do urbano se mostra como dicotômica na relação público/ privado: a lei demarca (deseja demarcar!) muito bem os espaços por uma remissão do urbano a um público ou a um privado – um responsável! No “Estatuto da Cidade” podemos parafrasear *cidade* por *propriedade urbana*: é um Estatuto da Propriedade Urbana, a cidade fica significada enquanto um espaço que pode ser subdividido, atribuído, delegado, administrado, utilizado, preenchido. A noção de

*propriedade invade a cidade*: para o jurídico essa é a possibilidade de sua significação. Segundo Edelman (apud Lagazzi-Rodrigues, 1998) o direito pressupõe a propriedade privada como um *a priori*. O que o torna necessário no gerenciamento da divisão público – privado: garantir que o público seja público e o privado, privado.

Mas a cidade não é só propriedade. Há espaços não preenchidos, há desencaixes, há diferença. O social aí se significa. E a lei não deixa de considerá-lo. Pela análise de enunciados do *Estatuto da Cidade*, vimos que o social se formula enquanto um adjetivo em sintagmas nominais. Em nossa atual configuração histórica nos defrontamos com a necessidade – política – do sintagma ‘desigualdade social’ numa imbricação com ‘assistência social’. O que é o social como característica, qualidade de ‘desigualdade’ e ‘assistência’? Quem são os assistidos? Quais são as possibilidades de igualdade? A assistência é uma forma de gerenciar (concertar) a desigualdade, a diferença? Novamente o efeito de acréscimo deseja saturar as relações sociais: discursivamente vemos marcada a sutura da inescapável relação com a falta.

A lei federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 regulamente a Assistência Social como:

direito do **cidadão** e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os **mínimos sociais**, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às **necessidades básicas**. (Art. 1º)

Como definir “mínimos sociais” e “necessidades básicas”? Quem os define? Qual é o *máximo* social? Necessidades básicas são as *necessidades biológicas*? Para ser *cidadão* é necessário somente ter o *mínimo* e o *básico*? O  *muito pouco* pode trazer o que é *fundamental*? Pela discussão que fizemos das compreensões de Lagazzi-Rodrigues (2003) e Zoppi-Fontana (2005) sobre o funcionamento do texto jurídico, vemos que essas generalizações e abstrações buscam preencher as relações sociais de modo a se produzirem enquanto evidência de um *sentido silenciado* para o social. Mais uma vez o social é apagado enquanto questão, disputa, controvérsia. Podemos perguntar, então, quais são seus modos de textualização na lei. Transitando pelos artigos, parágrafos e incisos buscando essas marcas.

Destaco o artigo segundo do capítulo I que diz dos objetivos da assistência social:

I - a **proteção** à família, à **maternidade**, à **infância**, à **adolescência** e à **velhice**;

II - o **amparo** às crianças e adolescentes carentes;

III - a **promoção** da integração ao mercado de trabalho;

IV - a **habilitação** e **reabilitação** das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua **integração** à vida comunitária;

V - a **garantia** de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Esse trecho define os sentidos de *assistência* para a lei: proteção, amparo, promoção, integração, habilitação e reabilitação, garantia. *Para quem, do quê?* Regências preenchidas ou em aberto que marcam a necessidade de organizar o social.

A relação de dependência se especifica: à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice. Estado, qualidade, condição: transitoriedade materializada pelos sufixos -dade, -ância, -ência, -ice. Formação de substantivos *abstratos*. Fases da vida, períodos, épocas, estágios. Etapas cumpridas e irrealizadas, passadas e atuais. Substantivos que trazem a fugacidade e a permanência de um momento. Mais uma vez a abstração da lei toma forma e significa o social na efemeridade, na provisoriedade. Ao mesmo tempo, é categorizado, fechado, estabilizado em classes, divisões. A regência se formula como proteção *ao quê* e não a quem: foco na abstração de uma classe (família, maternidade, infância, adolescência, velhice) que incide *indiretamente* no sujeito (pai-mãe-filhos, mãe, criança, adolescente, velho). O que significa cuidar de classes? E cuidar de sujeitos? Como o desvio pela categoria significa o sujeito? Podemos dizer que aí se textualiza uma necessidade de classificação pela generalidade: produção de um consenso de necessidades.

“I – supremacia do atendimento às **necessidades sociais** sobre as exigências de **rentabilidade econômica**”

O parágrafo acima é parte do artigo quarto da referida lei, um artigo que especifica os princípios da assistência social. O enunciado recortado textualiza o social por um uma oposição: necessidades sociais vs. rentabilidade econômica. Podemos parafrasear necessidade por aquilo que *falta* e rentabilidade por aquilo que *sobra*; colocando em destaque a simetria da oposição em questão. O social vai se historicizando em oposição ao econômico: falta/ sobra, elipse/ a-mais, lacuna/ redundância, suficiente/ demasiado. Oposições que anunciam a

inversão de uma constatação, exceção à regra: no sistema capitalista ‘o econômico tem primazia’. Dizer que na assistência social o econômico fica em segundo plano produz uma troca de lugares reafirmando um espaço em que se naturalizam prioridades.

Dou continuidade ao recorte, trazendo a seqüência dos princípios apresentados na lei:

II – **universalização** dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – **respeito** à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – **igualdade** de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – **divulgação** ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

É interessante notar que as disposições da lei sustentam a necessidade de constante reafirmação dos direitos enunciados na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*: “liberdade, igualdade, segurança e propriedade”. Repetir essas divisas faz com que se produza um efeito de não-cumprimento, não-realização, disjunção entre o funcionamento da sociedade e suas regras. Sancionar uma lei que diz o social pela assistência ratifica a *desigualdade* entre os homens enquanto acontecimento estruturante das relações sociais capitalistas: impõe-se como conseqüência a necessidade de *instituir* a igualdade. Alguns devem ser assistidos porque não dispõem de meios para fazer frente a certas necessidades. A demanda pela assistência ao social pressupõe que se todos tiverem o mínimo, todos serão iguais. Iguais em oportunidades de se tornarem equivalentes. É a discursividade liberal-capitalista tomando os sentidos do social.

Quando, no confronto com os enunciados da lei, compreendemos suas filiações, damos visibilidade, por contraste, aos não-ditos que a sustentam. A *Lei Orgânica da Assistência Social* diz o social pelo decalque de sentidos que *cercam* a emergência do confronto.

Reafirmo meu objetivo de produzir uma compreensão das formulações sobre o sujeito nos dizeres sobre a cidade. Para isso trago alguns enunciados de programas e campanhas governamentais que respondem às disposições da *Lei da Assistência Social*. A questão que se

coloca para as políticas públicas assistenciais é como definir quem vai ser atendido e quem não vai. Recorto, pois, trechos da divulgação eletrônica de programas assistenciais da prefeitura da cidade de São Paulo que delimitam os critérios de aceitação, quem é sujeito à assistência:

“Para serem atendidas, as famílias devem **morar no município de São Paulo há pelo menos dois anos e ter filhos na faixa etária entre 0 e 16 anos**”

“o Ação Jovem é um programa que incentiva **os jovens entre 15 e 24 anos de idade** a voltarem para a escola”

“O público-alvo do Ação Jovem são esses **jovens com ensino fundamental ou médio incompletos e com família cuja renda comprovada seja de até dois salários mínimos**”

“É direcionado aos **jovens de 18 a 24 anos de idade** que estejam fora do mercado formal de trabalho e que ainda **não tenham concluído a 8ª série do ensino fundamental**”

“Os critérios para a inscrição no programa são: **ter de 18 a 24 anos de idade; não estar matriculado em curso regular; não ter emprego formal; e ter concluído pelo menos a 4ª série do Ensino Fundamental**”

“visa à colocação de **50 jovens de 14 a 17 anos** no mercado de trabalho”

“os jovens são selecionados de acordo com alguns critérios, como **ter entre 17 e 21 anos de idade, morar no município de São Paulo e ter uma renda per capita de meio salário mínimo ou uma renda familiar de até três salários mínimos**”

“O Renda Mínima beneficia **famílias com renda de até três salários mínimos e com filhos na faixa etária de 0-14 anos de idade**. Os filhos com idade entre 7 e 15 anos devem **estar matriculados e freqüentando a escola**. **As famílias devem morar há, no mínimo, 2 anos no município de São Paulo**”

“Critérios para a participação das famílias: a) ser residente e domiciliada no município de São Paulo há, no mínimo, **2 anos**; b) ter renda familiar bruta mensal *per capita* **inferior a 1/2 salário mínimo** nacional; c) ter filhos e/ou dependentes, sendo pelo menos um deles **com idade inferior a 16 anos**; d) estarem os filhos e/ou dependentes com **idade entre 7 e 15 anos de idade matriculados em escola pública**, com freqüência escolar igual ou superior a **85%**; e) ser constituída por, pelo menos, um dos pais das crianças e/ou adolescentes **na faixa etária de 0 a 15 anos** ou por responsável legal formalmente designado pelo Juízo competente”

“as famílias em situação de pobreza cuja **renda per capita atinge no máximo R\$ 100 mensais**”

“O BPC é a garantia de um salário mínimo a **idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência que comprovem renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo**”

Partindo desses trechos, faço trabalhar a tensão entre as “proposições de aparência logicamente estável” e as “formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1983). Objetos discursivos aparentemente estáveis – como a idade, a renda, a escolaridade – são interpretados como sendo independentes dos dizeres produzidos sobre eles. O que nos mostra Pêcheux é que há um cruzamento do *logicamente estabilizado* com o *irremediavelmente equívoco* pelo deslizamento de sentidos, pelo trabalho da linguagem que institui *uma* possibilidade de acesso ao real. Pêcheux coloca em questão a ilusão de que em espaços logicamente estabilizados “os enunciados refletem propriedades que se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo” (p. 31).

Essa tentativa de naturalização de determinados sentidos se mostra em nosso material de análise quando os programas sociais definem o público-alvo das medidas assistenciais por características comprováveis, documentáveis, visíveis: “jovens de 14 a 17 anos”, “idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que comprovem renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo”, “não estar matriculado em curso regular”, “não ter emprego formal”. Condições que vão se especificando, se fechando, se agrupando: “ser residente e domiciliada no município de São Paulo há, no mínimo, 2 anos” e “ter renda familiar bruta mensal *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo nacional” e “ter filhos e/ou dependentes, sendo pelo menos um deles com idade inferior a 16 anos” e “estarem os filhos e/ou dependentes com idade entre 7 e 15 anos de idade matriculados em escola pública, com frequência escolar igual ou superior a 85%” e ...

Injunção a uma conjunção de faltas, de necessidades comprováveis, de classificações, mas o espaço das necessidades é equívoco e os critérios dos programas assistenciais transbordam essa contradição em outras formulações:

“famílias em situação de **vulnerabilidade social**”

“**famílias vulneráveis**”

“crianças **em situação de rua**”

“crianças e adolescentes **em trabalho infantil e as que vivem nas ruas**”

“Eles são selecionados nos Núcleos Sócio-Educativos da secretaria, sendo dada preferência **àqueles com maior vulnerabilidade social**”

“o Restaurante-Escola São Paulo é uma oportunidade de qualificação profissional para os jovens **em situação de vulnerabilidade pessoal e social**”

“famílias **em situação de risco social**”

“atendimento de 200 idosos beneficiários do BPC **em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social**”

“o programa São Paulo Protege desenvolve uma série de ações integradas de proteção social a indivíduos e famílias **em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social**. É direcionado especialmente a adultos **em situação de rua**, a crianças e adolescentes **em trabalho infantil**, vítimas de abuso e exploração sexual, **que vivem nas ruas e ameaçados de morte**”

“catadores **que estão em situação de rua**”

É interessante notar que a relação da assistência social com os assistidos se formula numa tensão: em alguns momentos pela univocidade dos números e documentos, em outros, pela instabilidade da interpretação de necessidades (situação de vulnerabilidade, de risco social, de rua, de risco pessoal...). Destaco as formulações do sujeito nesse espaço equívoco:

Recorte 1:

Famílias *em* situação de vulnerabilidade social  
Famílias *em* situação de risco social  
Crianças *em* situação de rua  
Crianças e adolescentes *em* trabalho infantil  
Jovens *em* situação de vulnerabilidades pessoal e social  
Idosos *em* situação de alta e muito alta vulnerabilidade social  
Famílias *em* situação de risco pessoal e vulnerabilidade social  
Adultos *em* situação de rua

A preposição *em*, neste segundo recorte, relaciona o sujeito à causa de sua necessidade por subordinação, expressando a maneira, o estado, o modo: inscrição na transitoriedade. A expressão “*em situação de*” instala uma latência de transformação no jogo provisório/ permanente dos sentidos de necessidade. *As situações* é que são de vulnerabilidade, de risco, de rua, de trabalho infantil. Seria diferente dizer famílias vulneráveis, famílias em risco, crianças de rua, crianças trabalhando, trombadinhas, mendigos, indigentes, desempregados, doentes, famintos, favelados, pedintes, carentes, coitados, pobres, miseráveis...?

Nomear ou adjetivar diretamente os assistidos, explicitando suas necessidades, acentua materialmente a desigualdade, enquanto dizer o sujeito à necessidade por intermédio da expressão “em situação de” produz um efeito de *responsabilização* do momento, da ocasião, do acaso: *des-siginiificação* do político no social enquanto confronto entre posições-

sujeito. A mediação do social pela situação produz um desvio pelo abstrato, *in-diferenciando* ser e estar.

Como já discutimos em capítulo anterior, Schaller (2001) aponta uma mudança no modo como nossa sociedade configura as relações sociais atualmente: a verticalidade da *luta de classe* se horizontaliza, impondo-se como uma *luta de lugares* (*lutte de places*). Isso, segundo ele, significa que nossa sociedade deixou de ser estruturada por um conflito (diferentes posições sociais) produzindo uma dualidade (dentro – fora, incluído – excluído), numa dicotomização da diferença que gera segregação. Assim, a pessoa *em situação de dificuldade* é confrontada como uma imagem negativa que a coloca numa contradição entre aquilo que é necessário fazer para ser reconhecida socialmente e a (falta de) identidade que lhe é imposta. Os *des*-empregados, os *sem*-teto, os *sem*-terra, os *in*-válidos, os exilados *sem* pátria, os imigrantes *sem* lugar, os *d*-eficientes, os moradores *de rua*: determinados pela *falta*. Falta que os identifica socialmente.

Retomando o recorte em análise, chamo a atenção para a recorrência do substantivo *vulnerabilidade*. Morfologicamente podemos dizer que se trata de um substantivo abstrato formado a partir do adjetivo *vulnerável*, onde o sufixo *-vel* deriva para *-bil(i)-* + *-dade*<sup>7</sup>. Esse processo morfológico possibilita a formação de substantivos a partir de adjetivos. Mas o que significa a *substantivação* no processo de delimitação dos assistidos em programas sociais do Estado? A divisão entre substantivos e adjetivos se dá pela *distinção* entre ser e estar, entre existência e atributo, entre necessário e contingente. E o processo de institucionalização da (o sujeito à) necessidade se dá pela *indistinção* desses espaços.

Podemos dizer que no recorte em análise é *a situação de* que tem existência por si, situação que não é um atributo do sujeito, situação como um substantivo que subordina o sujeito à necessidade. Funcionamento que traz como não-dito a necessidade vinculada a um sujeito e, portanto, como produto de relações sociais. A *substantivação* se mostra, em nosso material, como um funcionamento importante que materializa a equivocidade do social na relação com o sujeito: a necessidade o determina, depende dele (*x vulnerável*) e ao mesmo tempo tem uma existência própria, ainda que abstrata (*vulnerabilidade*). Formulá-la enquanto substantivo (*x em situação de vulnerabilidade*) implica a possibilidade de outras situações para

---

<sup>7</sup> Conforme Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

*x*, e também a atestação de uma sua existência independentemente, como um *a priori*, sem causas e com efeitos. *Ares de discurso sem sujeito...*

A tensão entre as possibilidades de dizermos o sujeito-à-necessidade por substantivos ou por adjetivos, produzindo um efeito de *indistinção* entre ser e estar, juntamente com uma relação sujeito – necessidade mediada pela situação, produzindo um efeito de apagamento do político, nos fazem compreender que o social se *constitui* na diferença, diferença que circula mesmo em espaços que buscam conter sua formulação. Emergência do confronto dos sentidos que se cruzam na cidade.

#### IV. POR UM CONFRONTO SIGNIFICANTE

Fazendo trabalhar a relação entre o urbano, o social e a cidade nos deparamos com diversos materiais: textos, leis, fotografias, imagens de jornal, exposições artísticas. Proponho tomarmos esses materiais como espaços de significação da cidade, espaços que olham a cidade, que falam da cidade, que delimitam a cidade. Minha questão recorta esses olhares, essas falas, esses limites e pergunta pela circulação dos sentidos de cidade que margeiam o sujeito: como a cidade, com seu modo de existência material, significa o sujeito. Na seleção do material para análise, considero as diferentes discursividades que falam *(n)a* cidade, produzindo dizeres *sobre* a cidade. A cidade é nela mesma *um seu espaço* importante de circulação. O dizer *sobre* a cidade ecoa no dizer *da* cidade de forma a significá-la numa relação com o urbanizado. O dizer (*sobre*) a cidade circula – *já* – enquanto efeito de uma relação com o urbano (a cidade, de alguma forma, organizada). Diante disso, poderíamos dizer que, em nossa formação social, a cidade é *sempre-já* interpretada pelo urbano. Mas a cidade, com sua materialidade, resiste (Orlandi, 2003: 50). Meu recorte dos dizeres sobre a cidade é um recorte sobre seus modos de circulação, sobre as imbricações significantes do espaço com o sujeito, com o social. Quais são as formulações da cidade que circulam na atualidade? Como o sujeito é significado nessa circulação?

Analiticamente, trabalhamos a falha significante pela noção de *recorte*: um fragmento da situação discursiva, um encadeamento *de linguagem-e-situação* que remete à *polissemia*, não à informação (Orlandi, 1984). *Re-corte*: cortes sucessivos, suspensão, retorno: teoria – prática; perguntas – marcas; dito – não-dito, descrição – interpretação. “Não há necessidade de se manter um centro (sentido literal) e suas margens (efeitos de sentido). Não há centro, só há margens” (Orlandi, op. cit.). Aí está a possibilidade de *profundidade* da teoria discursiva. Um *corpus* que se expõe ao equívoco do significante na história. Courtine diz que

o *corpus* discursivo nunca é inaugural e Orlandi o trabalha (2001c)<sup>8</sup> enquanto uma *montagem* referida à questão formulada pelo analista. O que o limita é a materialidade da pergunta de análise no batimento com as condições de produção da discursividade. Como formula Lagazzi-Rodrigues (2005, p. 205) a prática de análise se dá no confronto com a materialidade discursiva por um investimento no “*descentramento da compreensão*”.

A noção de *montagem* discursiva é de fundamental importância para o modo como procedi à delimitação do *corpus*. Entendida como uma relação texto-texto (Orlandi)<sup>9</sup>, a *montagem* traz os sentidos de construção, (*des*)encaixe, seleção, processo, relação, composição. Minha análise dos espaços de *entre-meio* da cidade considera diferentes materialidades (imagens, textos de jornal, acepções de dicionário) que se relacionam analiticamente no confronto que a *montagem de fragmentos de linguagem-e-situação* demanda. Meu *corpus* vai se construindo através de *montagens* de imagens, de significações, de nomeações. Busco compreender como esses modos de circulação de um dizer (*sobre*) a cidade se relacionam com o sujeito. Especificamente recortei o espaço do cruzamento, pensando como a *margem* significa aí: *entre-meios* para compreender um funcionamento da circulação *da cidade no sujeito e do sujeito na cidade*. Como a cidade (se) formula n-a relação com o urbano, o social, o administrativo, o jurídico? Quais são as configurações das margens (do social, do espacial, do discursivo) nos modos de circulação da cidade?

No trabalho de constituição do *corpus* levo em consideração a distinção proposta por E. Orlandi (1996) entre o *gesto de interpretação do analista*, determinado pelos dispositivos teórico e analítico, e o *gesto de interpretação do sujeito*, que se dá por um dispositivo ideológico.

O *dispositivo ideológico* da interpretação é o modo de acesso do sujeito de linguagem ao sentido: pelo efeito de evidência, de unidade, de identificação. Para poder dizer, o sujeito se reconhece nos sentidos que produz, se assenta sob a ilusão da transparência da linguagem. Como, em nossa perspectiva, trabalhamos com a historicidade do significante, sabemos que não há sentido sem uma relação com as condições de sua produção: a história joga com a linguagem para que sejam uns e não outros, determinando *posições-sujeito*.

---

<sup>8</sup> R. Robin, em comunicação pessoal com Orlandi, traz noção de *montagem* para a relação discursiva com o *corpus*.

<sup>9</sup> Em comunicação pessoal.

Também o trabalho do analista não deixa de se fazer numa relação com a interpretação: uma interpretação posta em suspenso pela *descrição* e pela mediação do *dispositivo teórico-analítico*. Enquanto analistas, traçamos as condições de produção do material descrevendo as formulações e os silêncios que jogam na materialidade em questão: trabalhamos os resultados dessa descrição. É através do jogo com as *famílias parafrásticas*, aquilo que poderia ter sido dito e não foi, e o enfoque no processo metafórico, que o dispositivo analítico permite ao pesquisador compreender *uma* posição em relação a outras. A partir desse construto teórico-analítico, pensado na relação com um material específico é que a teoria se historiciza, faz sentido.

O *dispositivo teórico-analítico* funda-se na noção de *efeito metafórico*, efeito que expõe a relação da língua, da visualidade com a historicidade, com os deslizos que instalam o dizer/ ver no jogo de diferentes formações discursivas. Pêcheux dirá que a metáfora, não vista como desvio, mas como *transferência*, é constitutiva do sentido. Todo dizer é suscetível de tornar-se *outro*. Esse deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia é a existência da língua na contraditoriedade da história, fazendo sentido. Nossa entrada no material de análise se faz pela consideração do *equivoco* a que está exposto todo significante.

Na constituição de um *corpus* discursivo, de um arquivo com memória, a *falha* se impõe como questão para o analista. M. Pêcheux (1982) nos traz pontos importantes para compreensão de um percurso na relação com o texto (imaginário de unidade) e com arquivo (memória que não esquece) na história. Como a linguagem é *des-significada* na oposição do científico com o literário? O artigo “Ler o arquivo hoje” coloca questões fundamentais para a Análise de Discurso: os *sentidos de leitura* (como *escritura* – Barthes –, como *análise*, olhar *já-sempre* comprometido, direcionado, parcial) e as formas de compreensão do *arquivo* enquanto conjunto que (só) se faz conjunto por questões de linguagem, portanto, um arquivo *com* memória. O objetivo de Pêcheux é examinar o que já foi e é dito sobre “questões que envolvem a análise dos discursos, textos e arquivos, interrogando sobre as relações entre o aspecto histórico e psicológico ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais e o avanço das pesquisas em lingüística formal” (p. 55).

No campo das ciências lingüísticas, o autor diz que o problema do tratamento de documentos textuais se dualiza em uma “visão semântica puramente intralingüística” ou uma “pragmática insensível às particularidades da língua” (ângulos, de certo ponto de vista, complementares!) e reflexões sobre a unicidade e o ineditismo do arquivo textual. Nesse sentido, essas aparentes visões diferenciadas, e até opostas, se unem pela necessidade que criam de uma *pesquisa multidisciplinar*. De outro lado, Pêcheux questiona a diferença entre o discursivo marcado pela informática enquanto “dado textual” e os próprios dados de natureza quantitativa presentes em determinados modos de fazer ciência. Qual a diferença entre a língua, assim (*des?*) significada, e os números? Essa divisão, nela mesma, é traço de uma outra fundamental. O discurso textual se faz num espaço de confrontos contraditórios entre duas culturas “em divórcio”: a literária e a científica.

Assim, podemos dizer que os profissionais de leitura de arquivo, os literatos, têm o hábito de contornar a própria questão da leitura, praticando cada um deles “sua” própria leitura (singular e solitária), construindo o “seu” mundo de arquivos em torno de nomes próprios fundadores. Essa “prática silenciosa de leitura espontânea” se sustenta na ilusão de um sentido original que poderia ser desvendado por uma interpretação adequada. A leitura aí é entendida como *literal*, como apreensão do sentido (verdadeiro) do documento. As críticas a essa visão vêm de muitos lugares: não há somente *um* sentido, a verdade pode ser relativizada, etc.

Uma forma de resolver essa questão foi complementar as muitas possibilidades de leitura com outras *interpretações*, formando um “espaço polêmico das maneiras de ler”. Nesse ponto, Pêcheux faz sua crítica discursiva: essas diferentes leituras, embora tragam de alguma forma a questão da diferença, se mostram estanques, *desde-já* interpretadas (o texto dentro do texto e a exterioridade de fato como um exterior, um à parte!) continuando a ignorar a *materialidade da linguagem* em sua constituição histórica.

A separação entre o literário e o científico tem, segundo o autor, uma conseqüência importante no gerenciamento da memória coletiva. Ela provoca uma divisão entre os *autorizados a ler e produzir interpretações* e o *conjunto de todos os outros* cujos gestos repetidos constituem também uma leitura, mas uma leitura que impõe ao sujeito-leitor seu *apagamento* atrás de um interesse institucional. Essa divisão social do trabalho de leitura traz para cena os métodos de tratamento em massa do arquivo textual para fins estatais ou comerciais. O objetivo é tornar os dados facilmente comunicáveis, transmissíveis e

reproduzíveis com imparcialidade nos procedimentos e resultados: a ciência se impõe como uma evidência. E recobre a própria questão da *leitura do arquivo* pela divisão social do trabalho, é uma relação de *dominação política: produzir* interpretações ou *repeti-las*.

A partir do interesse do poder pelas “ciências de tratamento dos textos” essa divisão do trabalho de leitura está se reorganizando atualmente. A *lógica das classificações* se deixa transferir da *atividade matemática* para a *gestão administrativa*. Uma *re-divisão* que repercute sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica. Podemos nos perguntar, portanto, o que significa apagar a história das classificações enquanto uma prática numérica, matemática e metaforizá-la enquanto método de gestão de arquivos textuais e de pessoas? As possibilidades, portanto, de expansão do trabalho dos literatos estão onde a leitura literal se mostra insuficiente. Mas a necessidade de uma leitura interpretativa não se esgota com leituras já prontas, interpretações estanques e fechadas em si mesmas (isso a informática já pode fazer!). E justamente aí está o perigo de cair no outro extremo da questão: não considerar que os procedimentos de leitura de arquivos textuais são *efeito histórico e político*.

Frente a essas questões, Pêcheux pergunta especificamente aos literatos: “acreditam poder ficar tanto tempo ainda protegidos na casa de seu mundo de arquivos particular”? E aos cientistas: “você acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para quê vocês servem e quem os utiliza?” (p. 61). Colocar o problema dessa forma, reatando os laços que nunca separaram literatos e cientistas, faz com que Pêcheux explicita sua posição. Ele se ancora sobre o *fato teórico* que constitui a *existência da língua como materialidade específica*. A *opacidade* da língua não pode ser desfeita: esse é seu modo de funcionamento.

Postura que trabalha teórica e analiticamente a linguagem em sua materialidade incontornável inscrita na história: registro do equívoco da língua na contradição da história constituindo o sujeito de maneira tensa, dividida. O sentido é, portanto, uma questão que não se fecha, não se esgota. O sentido está sempre se fazendo. Isso demanda da prática de análise uma suspensão da *interpretação na descrição* (cf. Pêcheux, 1983). Impõe e possibilita para o analista de discurso compreensões sobre as configurações – *provisórias e intensas* – dos sentidos.

Comprometemo-nos com essa tomada de posição. A linguagem, a cidade, o urbano e o social estão imbricados: os *entre-meios* da cidade são sintomas disso. Cruzamentos

e margens de quê? Pergunta que faz deslocar do espaço físico para um espaço já-sempre simbolizado: *no meio da rua se cruzam o urbano* (necessidade de contenção) *e o social* (explosão da dispersão) *contraditoriamente*: espaço sujeito a equívoco. Movimento o material de análise (os discursos sobre a cidade que circulam em textos de jornal, imagens, dicionários, leis e campanhas) delimitando um *corpus*, uma montagem que considera as condições de produção da discursividade cidadina. Temos com isso uma possibilidade de compreensão da relação entre sujeito e espaço que busca dar consequência para a tensão entre a *constituição* (o dizível, a memória do dizer), a *formulação* (determinação e refúgio dos sentidos) e a *circulação* (que intervém na formulação do dizer). Os *entre-meios* da cidade, seus espaços e sujeitos, serão aqui analisados pela equivocidade que os constitui.

## V. NO MEIO DA RUA

### Linguagem(r)

Em Análise do Discurso encaramos a articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a psicanálise como uma relação tensa *entre* disciplinas, um *entremeio*. Teoricamente compreendemos o *entremeio* como um espaço de articulação contraditória (cf. Orlandi, 1996). É pelo conceito de *entremeio*, não-interdisciplinaridade, que deslocamos as noções de *ideologia* – interpretação como posicionamento constitutivo do sujeito, direção dos processos de significação, como formula Orlandi (1996, p. 31) – *história* – com seu real afetado pelo simbólico (*os fatos reclamam sentido*) – *língua* – com sua autonomia relativa e sua não-transparência – e *sujeito* – descentrado, afetado no inconsciente pelo real da língua e pelo real da história. O real da língua é o impossível de tudo ser dito e o real da história é a contradição, é o *um* que se divide em *dois*, formulação do *equivoco*. A língua, em seu impossível de completude, se expõe ao equivoco estruturante da ordem do simbólico. Toda formulação é intrinsecamente exposta ao equivoco da língua: todo enunciado é “suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1983, p. 53). A materialidade da formulação se mostra como uma “série de pontos de deriva possíveis” pelo trabalho da interpretação. Lugar social e histórico do *outro*, possibilidade de vínculo, de identificação, de transferência. *Outro* que permite às filiações históricas organizarem-se em *memórias* e às relações sociais em *redes significantes*.

Pêcheux nos fala das “coisas-a-saber” como um desejo de apreensão do real: é preciso antecipar aquilo que arrisca faltar: é preciso saber *antes*. O imaginário das “coisas-a-saber” convive com o real da não-garantia dos sentidos do mundo – “ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’” (op. cit. p. 55). Os sentidos estão inscritos numa filiação, não

são o produto de uma aprendizagem. É a ilusão de unidade e controle que captura a possibilidade contraditória de existência do sujeito semanticamente normal: pensar poder saber dos riscos que corre e não saber. Filiações históricas e redes de memória que se inscrevem no jogo da língua dizendo da possibilidade do *outro* como “espaço virtual de leitura” da formulação: presença ausente materialmente marcada pela poesia que faz deslizar a cadeia significante num resvalar histórico de sentido em sentido. Insistência de um *outro* sempre possível como “lei do espaço social e da memória histórica” (op. cit. p.55): princípio do real sócio-histórico, pluralidade contraditória de filiações.

Retomo a discussão da *primazia do significante* numa relação com o modo discursivo de trabalhar o *acontecimento do significante* (Orlandi, 2001c, p. 40). Na perspectiva materialista, a cadeia significante é compreendida como lugar de ancoragem dos efeitos de sentido, como espaço de sustentação do deslize histórico do significado: há algo *até* no significado que funciona como significante (cf. Ducrot e Todorov, 1972, 2001). A partir da crítica de Pêcheux (1981) ao modo como a obra de Saussure foi (e ainda é) lida, com foco no arbitrário do signo, temos a possibilidade de questionar a biunivocidade do conceito de signo e tomar uma posição frente à relação do real da língua com o equívoco. Pelo conceito de valor como relação entre signos, deriva, não-finitude, a língua pode ser concebida como “rede de diferenças sem termo positivo, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade, consideração do não-dito, do efeito *in absentia* da associação”. *Relação a*, nunca saturada.

Pêcheux (retomando Freud, Lacan) dirá que o real da língua nos é acessível pelo *lapso*, pelo *chiste*, pelas *séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo* (op. cit. p. 55). A possibilidade de relação entre *real e equívoco* está já, segundo Pêcheux, em Saussure pela não separação entre o trabalho sobre os *Anagramas* e o *Curso de Lingüística Geral*: Saussure “faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem”. Deslizamento que se formula no *Curso* pelo esquema das relações associativas<sup>10</sup> possibilitando que o *não-idêntico* aí se manifeste em um seu retorno sob outras formas. Pêcheux, ao compreender a profundidade das reflexões de Saussure, nos diz que em toda língua um segmento pode ser *ao mesmo tempo* ele

---

<sup>10</sup> As relações associativas podem se dar, segundo Saussure (*Curso*, p. 146), em quatro eixos: 1) relações entre significante e significado no nível do radical (**ensinamento** – **ensinar** – **ensinemos**...); 2) relação entre significados (ensinamento – aprendizagem – educação...); 3) relação entre significantes no nível de afixos e da natureza verbal do radical (**ensinamento** – **mandamento** – **armamento**...); 4) relação de homofonia no nível do significante (ensinamento – elemento – lento..).

mesmo e um outro através da homofonia, da metáfora, do lapso, do jogo de palavras. Por essa constituição em rede de significantes, a formulação é marcada pela possibilidade de uma *desestruturação-reestruturação* nas redes de sentido, nos trajetos da memória: “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço” (Pêcheux, 1983, p. 56).

Discursivamente levamos em conta a contradição, o confronto, o embate entre teoria e prática de análise. A linguagem não é uma abstração, sua historicidade é materialmente considerada como ancoragem de um sujeito que (só) se constitui *aí*, na linguagem, em percursos *ideológicos*, históricos. Trabalhar com um sistema abstrato e autônomo nos permitiria atingir regularidades formais, sistematicidades fechadas, internas a uma determinada sintaxe. De nosso ponto de vista, as marcas significantes devem ser consideradas na relação com as condições históricas de sua produção, sendo analisadas materialmente (forma e conteúdo intrincados), “pois o repetível ao nível do discurso é *histórico* e não formal” (Orlandi, 1996, p. 29). Entra aí o conceito de *forma material*, trabalhado por Orlandi (2001c: 40) como “acontecimento do significante (estrutura) no sujeito, no mundo”. Podemos dizer que a significação se atualiza em diferentes materialidades significantes. Língua, visualidade, sonoridade são formulações de sentidos construídos historicamente.

Quando a Análise de Discurso se apropria da noção de *contradição* a partir do materialismo histórico, temos a possibilidade de trabalhar *na* fronteira, nesse lugar que não se define por si, que não se apreende num todo, que escapa, que não se resolve. Contrariamente à dialética hegeliana (cf. Althusser, 1978 p. 104), onde a *tese* e a *antítese* têm a possibilidade de se resolverem na *síntese* (que mesmo considerando uma *multiplicidade* traz a idéia da convivência de vários *uns*), a *contradição* discursivamente pensada é o espaço da divisão, do não-um; da falta, da unidade inatingível. Vemos que a elaboração discursiva da *contradição* reconhece a necessidade da unidade para se pensar a diferença. Trabalhamos nesse *um* que não é dado, no fato de que essa unidade só é possível *imaginariamente*. Não negamos a eficácia material do imaginário, procuramos tornar visíveis os processos de construção desse *um* enquanto “meio essencial da divisão e da contradição” (Pêcheux, 1997, p. 84).

Também o modo como compreendemos a questão do *equivoco* na relação com a língua transfere o sentido negativo do erro para o sentido heurístico da falha, do possível, do deslize. Pêcheux (1983), analisando o enunciado *Ganhamos!* (“On a gagné!”) proferido em massa por ocasião da eleição de François Mitterrand como presidente da França, nos mostra a importância, para uma perspectiva discursiva, de confrontarmos a *estabilidade* com a *equivocidade* de uma formulação que pode se ancorar em redes de memória distintas, funcionando na contradição. Pêcheux enfatiza que toda formulação é *suscetível de tornar-se outra* por uma movimentação nas redes de filiação. O sentido, por seu modo de funcionamento no simbólico, joga entre o mesmo e o diferente, a unidade e a dispersão, o estável e o equívoco. Quando consideramos a tensão da estrutura e do acontecimento que trabalham no fazer sentido nos deparamos com o impossível de tudo dizer, com a incompletude estrutural da linguagem. Estrutura falha, sistema relativo, deslize do significante: *equivoco* que marca a possibilidade de toda formulação escorregar historicamente de um sentido a outro.

Os sentidos de margem e de cruzamento na cidade também podem ser pensados numa relação com esse limite histórico de constituição e circulação de sentidos – *contidos* e que *contém*. A ideologia trabalha direcionando, margeando, cruzando as condições de textualização do discurso, de atualização da memória. Analiticamente, a margem e o cruzamento se colocam como ancoragem e produção de interpretações na relação com uma contenção/ descrição. A margem e o cruzamento estão para a formulação: dizem uma coisa *em meio a* outras. Os sentidos de margem se cruzam, se confrontam, se interceptam no meio da rua, eles são objeto de interpretação na relação com os sujeitos e com as discursividades que falam (n)a cidade. A análise desses limites discursivos possibilita a compreensão de determinadas configurações significantes. Significantes textualizados na cidade através de uma relação entre língua, visualidade, sonoridade: o verbal e o não-verbal materializam, com suas especificidades, sentidos no urbano.

No texto “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”, Orlandi (1995) atenta para a importância de considerarmos os processos específicos de significância das diferentes materialidades. A autora reconhece que o verbal tem uma função imaginária decisiva na construção dos procedimentos de interpretação de outras linguagens. Isso significa que, enquanto analistas, devemos atravessar os efeitos dessa ilusão compreendendo como ela funciona no discurso. A sobreposição do não-verbal pelo verbal é sustentada, segundo

Orlandi, pela produção de ilusões com relação à literalidade (mito da informação linguisticamente organizada), à ciência (centralidade do lingüístico ou da pintura, ou da música, ou do cinema numa administração da interpretação), à mídia (interpretação do não-verbal pelos mesmos procedimentos de interpretação do verbal produzindo um imaginário de neutralidade da língua). Discursivamente, a proposta de Orlandi é de que restituamos a historicidade aos fatos de linguagem através da noção de prática discursiva. O discurso é uma prática, uma ação transformadora, uma relação necessária de *reversibilidade* (Maingueneau, 1984, apud Orlandi op. cit.) entre homem, linguagem e sociedade.

“[Com a noção de prática discursiva], pode-se aproximar, no funcionamento das diferentes linguagens, aquilo que constitui uma relação produtiva na semelhança entre elas, e distinguir o que é lugar de particularidade irreduzível de diferenças constitutivas da especificidade dos distintos processos significantes dessas diferentes linguagens.” (Orlandi, op. cit. p. 46)

Proponho desfazermos a dicotomia entre verbal e não-verbal. Proponho trabalharmos a *textualidade* como o processo pelo qual a *cidade toma corpo* expondo o *corpo da linguagem* às suas formulações, *versões* possíveis em materialidades e condições diversas. O discurso é prática histórica, material: diversa. Língua, imagem, *linguaimagem*: suas margens. A língua e a visualidade compõem o cenário urbano, textualizam a cidade. O texto é *uma unidade imaginária* onde jogam formulações possíveis, abertas a diferentes gestos de interpretação: “o desvio que habita toda textualização do discurso marca uma relação que não é perfeitamente articulada em relação à discursividade” (Orlandi, 2001c: 92). O equívoco se mostra, pois, nessa falha, nessa decalagem entre o *discurso* – inscrição do significante na história – e o *texto* – formulação dessa inscrição. Emergência do sentido, que “não é um, é muitos” (Orlandi, 1995 p. 38): são as diferenças que os fazem funcionar. Diferenças que constituem a cidade numa tensão entre unidade e dispersão dos sujeitos que a habitam: circulando, ocupando, vivendo. A consideração de diversas formas-materiais nos procedimentos de análise nos dá a possibilidade de trabalhar as especificidades do polissêmico, do outro na conjunção – *contraditória* – dos sentidos que compõem e transformam a cidade. Qual é a relação do sujeito com essa conjunção material da cidade? Como o sujeito se significa nessa profusão de textualidades que são as ruas, as calçadas, as faixas, as esquinas, as guias, os sinais, as regras? Quando estamos na rua somos significados a partir de memórias distintas enquanto motoristas, pedestres, transeuntes, caminhantes, moradores, habitantes, pedintes, marginais...

esperando para atravessar a rua eu: acendo um cigarro vejo as horas olho em volta tusso coço a cabeça penso em sexo cruzo os braços apalpo os bolsos olho pra baixo descanso  
esperando para atravessar a rua eu: conto os carros que passam bato o pé no chão olho pra cima pergunto que horas são penso em outra coisa abro um botão da camisa sinto sede arrumo o cabelo com a mão  
                  buzina sirene polícia ambulância fumaça barulho  
                  buzina sirene polícia ambulância fumaça barulho  
esperando para atravessar a rua eu: amarro o sapato apago o cigarro pisco fico sem jeito começo a rir canto em silêncio passo a língua nos dentes lembro algo que devia ter feito vejo o farol abrir e vou <sup>11</sup>

Essa música dos Titãs fala do lugar do pedestre, daquele que *passa* pela rua. No dia-a-dia da cidade nos confrontamos também com aqueles que *ficam* na rua. Passagem e permanência, ocupar e habitar. Enquanto uns esperam para atravessar a rua, outros a ocupam com seus corpos, seus movimentos, suas mãos estendidas, reinterpretando o cruzamento, a faixa de pedestre, a calçada: *espaços-entre*. Diferentes posições do sujeito ficam lado a lado na cidade, mas bem apartadas pelas injunções da discursividade urbanista. Quais sentidos estão em jogo nessas formas do sujeito se relacionar com os espaços da cidade?

### **Como *estar* na cidade?**

Os espaços da cidade cruzam, sobrepõem, atravessam, entrecortam outros espaços, sujeitos, sentidos: os espaços da cidade formulam seus trajetos. Penso esses espaços de atravessamento como *entre-meios* da cidade, como uma tensão entre *margem* e *meio*, como contradição entre *estar fora* e *dentro de*: limiar. Uma *margem que confronta (inscreve) o outro da cidade no sujeito*. Desenho e transferência de bordas. Enfoco os *entre-meios* da cidade. Como significam? Separação, divisão, instauração de um conflito? Conflito entre o que o imaginário da organização urbana reserva para os espaços da cidade e a polissemia instaurada pela circulação de diversas posições-sujeito. Podemos pensar aí um espaço de diferença, de equívoco, de dissimetria entre posições-sujeito<sup>12</sup>, espaço de *textualização do político* (Courtine, 1981) na cidade. Mas como o urbano e o cotidiano textualizam o político? Como

---

<sup>11</sup> Letra da música *Esperando para atravessar a rua* (Arnaldo Antunes, Tony Bellotto, Branco Mello, Charles Gavin, 2003).

<sup>12</sup> Discursivamente, recusamos as perspectivas que reduzem o político na conformação da política. Conferir a discussão de Lagazzi-Rodrigues (1998).



Colocar essas imagens em conjunto é tomar uma posição frente ao modo como a cidade se mostra: conjunção e repetição de ruas, placas, carros, gestos, posturas, sujeitos. Uma posição que dá visibilidade a um meu gesto de interpretação enquanto analista permitindo falar do sujeito e do espaço na cidade para além do um, do caso, da classe. Esse gesto está marcado no modo de composição do *corpus*: ao sobrepor, reorganizar, recortar os limites estou chamando a atenção para o modo como se dá a relação de sujeitos e espaços nos cruzamentos urbanos: profusão, conjunção, dispersão. As imagens que compõem o *corpus* derivam desse olhar para a cidade em dizeres *sobre* a cidade, textualizações de seus modos de circulação nos cruzamentos, nos espaços de *entre-meio*. As imagens que trago para análise foram tomadas de jornais (Folha de S. Paulo e Correio Popular), sites de busca (as palavras de entrada foram: cruzamento, sinal de trânsito, calçada, faixa de pedestres), exposições fotográficas (D. Ryo e A. Louzas, 2004) e fotografias pessoais. A *montagem* delas é um gesto analítico que textualiza: recorta e sobrepõe, agrupa e retoma, mostrando que o espaço impõe um enquadramento, uma circunscrição de sentidos na relação com o sujeito.

As montagens acima expõem uma relação com a cidade que passa pelos sentidos de permanência e trânsito (de quem?) nos espaços de *entre-meio* da cidade. Segundo Nunes (2006b), os cruzamentos urbanos trazem um amontoado de sujeitos (produzindo um *amontoado* de interpretações do espaço) *que rompe o ritual cotidiano do trânsito*. Ainda segundo o autor, “aquilo que funciona, em princípio, para a organização do trânsito, condiciona o contato [...], contato [...] marcado pela *desigualdade social* e pela produção de sentidos que metaforizam a *distância* entre os sujeitos”. Podemos relacionar essas compreensões com a discussão que procedi em capítulo anterior sobre os modos urbanos de metaforizar o social. Tratar o social na cidade como fazem a lei e as políticas assistenciais (através de programas de intervenção e métodos compensatórios destinados a grupos minoritários, a comunidades desfavorecidas) significa se empenhar em resolver desvios pela supressão de desigualdades, desigualdades “que não são de nenhum modo imperfeições lastimáveis das sociedades industriais, mas [...] desigualdades estruturais, inerentes à própria essência do modo de produção capitalista” (Pêcheux, 1977). Considerando que a tensão das relações sociais constitui o espaço da cidade, busco dar visibilidade para uma relação sujeito-espaço exposta ao movimento dos sentidos possíveis na atual estruturação social e espacial urbana. Podemos dizer que o cruzamento de ruas possibilita um encontro de conflito(s)

confrontando a segregação social com a junção espacial nesse *amontoado de sujeitos*: as técnicas urbanas dão brechas para esse confronto (Nunes, 2006b). De meu ponto de vista, procuro dar visibilidade para esses embates. Cruzamentos de ruas e sujeitos, margens do espaço e dos sentidos.

Faço uma composição de elementos das duas montagens num *zoom* que enfoca o espaço da cidade para observar o movimento, o vazio, o reflexo, a marca, o vulto.

Foco no espaço:



O conjunto formado por essas imagens nos mostra que o *meio* das ruas é margeado por faixas, linhas e espaços; reflexos, sujeitos, asfalto e tinta numa textualização das possibilidades de circulação na cidade. *Flagrantes do espaço urbano* bem no meio da rua. Meio que traz *marcações*: formas geométricas, retângulos, triângulos, linhas contínuas, tracejadas, paralelas, perpendiculares. A localização dessa sinalização (no *meio*)<sup>13</sup> traz os muitos sentidos que constituem o urbano no cotidiano da cidade para um lugar central, marcando a importância do imaginário na formulação do espaço da rua. A sinalização do asfalto administra as possibilidades de circular na rua, apontando direções e interrupções nos trajetos, afetando a significação do sujeito na rua. Sabemos que uma faixa de pedestres é um espaço de passagem, um tempo concedido para atravessar o território dos automóveis. Ou que as linhas retas e tracejadas dividem as ruas, indicando a quantidade de pistas e suas regras de utilização. A sinalização tem um sentido normativo e um foco nos motoristas. Entretanto, esse

---

<sup>13</sup> Janaina Sabino me apontou a importância dessa localização. *Esse meio faz sentido.*

modo de organização urbana das ruas *contém* – polissemicamente<sup>14</sup> – a possibilidade de o sujeito desviar da faixa, mudar o trajeto, não seguir caminhos já estabelecidos. O jogo entre o claro (da tinta) e o escuro (do asfalto) textualiza um modo de circulação: sujeitos e espaços urbanos passam *por* esses traçados e também *fora* deles. Alguns sujeitos *ficam* nesses traçados. Isso significa dizer que o próprio fato da organização (*im*)posta pelo urbanismo abre espaço para um significado da *ordem da cidade*. O urbano busca diluir, fechar, regradar, mas o cotidiano da cidade desestabiliza a faixa traçada, a rua que leva a esta – ou àquela – direção, os usos do sinal, os sentidos da rua. Quando a organização vem como norma (e ela sempre vem assim), o sujeito tem a possibilidade de resistir: desviando, reorganizando, ocupando, habitando.

Em uma das imagens desse conjunto (à esquerda e embaixo), vemos, na horizontalidade de uma poça d'água na rua, o *reflexo* de uma construção vertical. Temos aí uma sobreposição do virtual no concreto, do vertical no horizontal, da imagem no asfalto. Podemos dizer que essa sobreposição de planos instala uma presença virtual das margens da rua, seus entornos no meio da rua, como possibilidade de dois – ou mais – sentidos ocuparem o mesmo espaço. No conjunto das imagens, também podemos observar esse jogo de sentidos pela relação entre rua e muro. A rua é pública. O muro privado. O muro *está* na rua separando o que não *está*. Mas numa das fotografias acima vemos que o muro é também um espaço para a escritura (grafite, pichação), para um modo de significação específico do sujeito urbano (cf. Orlandi, 2003, 2004). O sujeito deixa sua marca, seus rastros no espaço da cidade: a habita. O que *está* em jogo é a relação simbólica do espaço com um sujeito urbano que não tem como não significar a cidade. A fugacidade do rastro de um carro no abrir do sinal vermelho nos diz de um movimento que se repete quotidianamente. O reflexo, o vulto, o desvio, a sinalização apontam para a permanência transitória dos acontecimentos urbanos: o estancamento e a continuidade, a concretude e a virtualidade, a linha reta e o desvio. A textualização da cidade nos dá a possibilidade de *transitar no equívoco*. O cruzamento de ruas se mostra como um *ponto* comum que *aponta* direções e tempos para o fluxo citadino. É o *equívoco da circulação* re-significando a ordem urbana pela possibilidade do sujeito resistir refazendo traçados, parando; perfazendo trajetos, voltando.

---

<sup>14</sup> Agradeço a Nádia Maffi Neckel por me chamar atenção para a produtividade da polissemia da palavra *conter* em meu trabalho



O verbo *cruzar* faz significar de uma determinada maneira a relação entre ruas, caminhos, vias: a rua, *enquanto (eu) caminho*, é percorrida, atravessada em seus cruzamentos: “pontos de interseção” com outras ruas, com a calçada, as construções, os sinais, os sujeitos. Cruzar também traz a possibilidade de “diversos sentidos”, de “direções opostas”, da “direção contrária”, de “qualquer direção”, da não-direção, do atravessamento, do contrário, do oblíquo, do contorno, do giro. As direções podem ser muitas, mas não todas. Os sentidos são confrontados com suas condições históricas de produção. Na cidade, a *margem* e o *meio* se relacionam equivocadamente no espaço e nos sujeitos.

DO LAT. *MARGINE*  
 linha ou faixa que <sup>limita</sup> ou <sup>circunda</sup> alguma coisa;  
 BORDA, BEIRA, ORLA.  
 espaço livre, de tempo ou de lugar.  
 à margem, de parte; de lado.  
 à margem de, à beira de; ao lado.  
 a respeito de; com respeito a; a propósito de.  
 fora do âmbito ou ação de.  
 deitar à margem.  
 ABANDONAR; DESPREZAR; LANÇAR À MARGEM.

(do verbete *margem* no Aurélio, séc. XXI)

*Margem*, no verbete do Aurélio nos faz passar da abstração da geometria à materialidade do espaço; da *linha* (traçada) à *orla* (da praia); da *faixa* (de pedestres) à *beira* (da calçada). “Um espaço *livre*, de tempo ou de lugar”: o semáforo fechado, o sinal vermelho, a esquina, o buraco, a guia, a sarjeta trazem a possibilidade do vazio e da ocupação, da parada e do trânsito? Ou da permanência, da habitação? A abertura no espaço – “beira, lado, parte, limite, borda” – deixa que a exterioridade signifique, o que está “fora do âmbito ou ação de” intervém. Margem traz o sentido de abandono, desprezo – em verbo: ação de – e estar à *margem* também pode ser estar *ao lado*. Esse trânsito entre dentro e fora que constitui os sentidos da margem reclama um novo *zoom* nas montagens de imagens.

Foco no sujeito:



A contradição das textualizações da margem ecoa no conjunto acima dando visibilidade para uma relação do sujeito da cidade com o espaço urbano. Margem, meio, rua. *A margem* está no *meio*. O sujeito é a margem no espaço. Não é mais a faixa. A marca (de tinta, de água, de vultos) é o sujeito. O que *estar na rua* significa para o sujeito? *O outro passa por ele*. E passa pela calçada, pelo meio e pela beirada da rua.

Esses sujeitos na rua formulam contraditoriamente uma relação com o outro. Ao mesmo tempo em que esse *outro-transeunte* passa por quem está na rua, quem está na rua passa – *intransitivamente* –, ficando. Passa um corpo caído na sarjeta, passa um corpo fletido na calçada, passa uma cadeira de rodas, passa um rosto debruçado no vidro do carro. Passa e fica. Essa passagem *daquele* que está na rua é também uma passagem *por* aquele que está na rua.

Vamos a uma montagem do verbete *margem* no Dicionário Houaiss que nos permitirá compreender modos de relacionar margem, espaço, sujeito:

espaço situado no contorno externo imediato de algo;  
borda, limite externo, periferia.  
limite, fronteira  
medida ou grau de diferença  
grau de diferença admissível em relação a uma  
medida, a um padrão,

ou a limites estabelecidos  
 contraste entre coisas, refletido na quantidade, dimensão  
ou extensão de uma em relação às outras  
 de lado; de fora; à margem de  
 à parte; sem participação em; fora do  
 âmbito de  
 como um comentário lateral a; a respeito de  
sem entrar no mérito de;  
 à margem de quaisquer outras considerações  
a título de comentário, sem fazer parte do texto  
 pôr de lado; abandonar; desprezar.

SINÔNIMOS: VER SINONÍMIA DE LIMITE.

(do verbete *margem* no Houaiss, Eletrônico)

O Houaiss nos traz a relação com a *exterioridade*, com a periferia. *Medida de diferença*: em relação a, contraste *entre*: cruzamento. A margem se institui num confronto com a interpretação: estrutura e acontecimento do social na cidade, limite do dentro e do fora: *entre*. *Sem*, num outro verbete o Houaiss diz: “preposição que relaciona por subordinação e indica ausência, privação, falta”. No vai-e-vem do dicionário chego à “sinonímia de limite”: “contorno, divisa, extremidade, extremo, fim, fronteira, marca, marco”. Deparo-me com um deslize interessante: podemos pensar a margem como marco, *marca*: sinal (de trânsito, farol, semáforo) e também, como vimos na análise do segundo *zoom* de imagens (com foco no sujeito), o sujeito entra nessa família parafrástica como possibilidade de margem no meio da rua. Equívocos na estruturalidade urbana!

Do substantivo vou ao adjetivo, do espaço à qualificação do sujeito:

da margem ou relativo a ela,  
ou feito, traçado, escrito, desenhado nela  
 feito ou elaborado à margem de algum assunto.  
*Bras.* diz-se de pessoa que vive à margem  
 da sociedade <sup>ou da lei</sup> como vagabundo, mendigo ou  
 delinqüente; <sup>fora-da-lei</sup>; indivíduo marginal.  
 (do verbete *marginal* no Aurélio, séc. XXI)

situado no extremo, no limite, na periferia  
 sociologia: diz-se de pessoa que vive entre duas culturas em conflito.  
 derivação: por extensão de sentido:  
que vive à margem do meio social  
 em que deveria estar integrado,  
 desconsiderando os costumes, valores, leis  
 e normas predominantes nesse meio;  
 delinqüente, vagabundo; mendigo  
 regionalismo: Brasil:  
 indivíduo marginal delinqüente, fora-da-lei  
 (do verbete *marginal* no Houaiss, Eletrônico)

Interessa-me enfocar a passagem do espaço ao sujeito: “pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei como vagabundo, mendigo ou delinqüente” (Aurélio). *Marginal* adjetiva o sujeito que vive no limite das regras. Esse adjetivo é marcado, nos dois dicionários, como um *regionalismo* tipicamente brasileiro, um *brasileirismo*. O que significa esse cruzamento dos sentidos do espaço nos sentidos do sujeito? E o que significa esse cruzamento enquanto brasileiro? Podemos pensar que o dicionário textualiza o imaginário do brasileiro vagabundo, preguiçoso, do jeitinho – fora da lei – brasileiro (cf. Ferreira, 1993).

Destaco também os momentos em que os sentidos de *marginal* atravessam os sentidos do social: a periferia marca essa intersecção pela questão da localização e também da situação. *Marginal* traz uma relação com um estar em conflito, desintegrado, sentido construído pela mediação da sociologia: *contingência* entre o social e o marginal? A equivocidade do *conter* (refrear/reprimir/deter e ter/compreender/incluir) traz para a relação do social com o marginal sentidos de parada, limite e agrupamento, conjunto.

Os sentidos de *margem* nos cruzamentos se colocam simbólica e materialmente como um espaço de contradição na cidade. Espaços e sujeitos que instauram o outro, o limite, a borda, a fronteira, a soleira da porta, o meio fio, o degrau, a beira, o buraco, a exterioridade que está-já no interior enquanto possibilidade de significação no urbano da cidade. Os sentidos de margem materializados nos cruzamentos opacificam o espaço da cidade e o sujeito que nele se espacializa, delimitando e abrindo a possibilidade de fazer da rua um *espaço e um não-espaço* para esse sujeito.

O sentido *espacial* da margem determina um seu sentido *social* no entrecruzamento da cidade com o sujeito que a ocupa. Quando transitamos pela cidade nos deparamos com pontos de parada e fluxo, estabilização e circulação nas ruas: seguir na cidade demanda uma interrupção pelo próprio modo de organização urbana (esquinas, placas, sinais, faixas, semáforos). Parada no fluxo, emergência do social. *Você reparou a quantidade de pedintes nos semáforos da cidade?*<sup>16</sup> *Aí* (uma indeterminação posta pelo jogo entre o aqui, o ali, o lá): a *distância* social se marca. Está na rua. No espaço, *entre*. No meio.

A circulação possível da cidade em nossa organização social, uma circulação determinada pelo urbano, significa o espaço de forma a conter – *polissemicamente* – uma dispersão. É nesse sentido que enfocamos o cruzamento como espaço de contradição, de

---

<sup>16</sup> *Correio Braziliense*, 08 de novembro de 2002.

*contenção* na cidade, como sintoma de uma urbanidade *incontida*, de uma urbanização que não cabe na cidade e na qual a cidade não cabe.

Proponho que relacionemos as compreensões até aqui desenvolvidas a partir das montagens de imagens e significações de dicionário com nomeações do sujeito que está na rua. Considero o jogo de sentidos do espaço da cidade em processos de nomeação do sujeito. Como a cidade os significa? Enfoco a compreensão do sujeito (n)à cidade através da forma do nome, do chamar, do interpelar o sujeito que está na rua considerando a equivocidade das questões sociais. Olhares que apontam, na materialidade da cidade, o trânsito das relações sociais e espaciais.

O que significa designar? Conforme Guimarães (2005, p. 9) “a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. O processo de designação se mostra como um trânsito instável entre linguagem e objeto, como um cruzamento de discursos exposto à diferença (Guimarães, 1995, p.74). É pelo simbólico que temos acesso ao objeto, que construímos uma possibilidade de relação com o mundo. Trabalhamos a designação como um *processo discursivo de construção do referente*. O que é a referência quando trabalhamos com a língua na história? A compreensão das relações discursivas dá visibilidade à produção da ilusão de objetividade e evidência de uma realidade, de um referente, como se um sentido já estivesse lá: como se o *espaço entre* os carros, *entre* as calçadas, *entre* as ruas significasse, *a priori*, de uma determinada maneira e a interpretação de possíveis *re-ocupações/significações* fosse somente uma. Como é construída essa unidade?

Dar visibilidade ao trabalho das discursividades que materializam no significante os limites imaginários do sujeito (n)à cidade nos permite compreender a produção consensual de sentidos para cidade: seus espaços e sujeitos. A nomeação, enquanto designação de significações, se constitui por relações de força, por disputas, por imposições, por silêncios. Funciona atestando a existência, designando, descrevendo, qualificando, explicando não só pelo que se diz: também pelo que não se diz. Instala-se no interdiscurso, *im-pedindo* outras significações, disfarçando as tensões numa relação contraditória que, ao mesmo tempo, dá corpo à fuga dos sentidos.

Meu olhar analítico recai sobre a circulação do sujeito na cidade, no *espaço-entre*, no *vão*. Pela análise das montagens de imagens e de acepções, vimos que os sentidos de margem na cidade transitam entre a geometria, o sujeito, a sinalização urbana, o social. Como esse sujeito significado enquanto margem no espaço urbano é nomeado?

“Adolescentes moradores das ruas, que perderam os vínculos familiares, vítimas potenciais da violência e do tráfico de drogas” (Correio Popular 02/02/2003)

“Parcela da população mais vulnerável, que tem poucas chances de conseguir um meio de sobrevivência” (Jornal Hoje Globo, 01/02/2005)

“O jovem alijado do mercado de trabalho ou que passa o dia pedindo dinheiro nos semáforos” (Correio Popular, 07/02/2003)

As nomeações tomam a forma da descrição e da caracterização. É um nome feito em uma construção que descreve, localiza, determina o sujeito mostrando a dificuldade que o discurso da urbanização tem em lidar com aquele que ocupa o espaço planejado para ficar vazio, não aceitando que o espaço seja preenchido no próprio funcionamento da cidade, disfarçando os sentidos que produzem e reafirmam a explosão do social no espaço urbano.

A questão, para mim, se coloca no *espaço-entre*. Recorto algumas nomeações de modo a dar visibilidade à relação do sujeito com o espaço urbano.

“Uma cena comum em cidade grande: **crianças pedindo dinheiro nas esquinas**. Na cidade de São Paulo cerca de 3 mil **crianças e adolescentes** vivem assim: no lugar de estudar e brincar, trabalham. A prática é proibida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.”

“**Essas crianças e adolescentes** são pequenos trabalhadores. São trabalhadores sem carteira assinada, sem benefícios. Esse tempo de serviço não vai contar pra nada. E, mais do que isso, ficam submetidos a toda sorte de violência. – Promotor Paulo Afonso Garrido de Paula.”

“Assim como César, **a maioria das crianças que trabalha nas esquinas** estuda e tem família.”

(Fantástico, 05/09/2005)

“Além de oferecer ocupação para **o jovem alijado do mercado de trabalho ou que passa o dia pedindo dinheiro nos semáforos**, o programa conseguiria transformar em ponto turístico auto-sustentável um núcleo de residências que está em ruínas.”

“Além de levantarmos as paredes da vila, que é uma das principais propostas de revitalização da região central, conseguiremos tirar **a garotada da rua**.”

(Correio Popular, 07/02/2003)

“Arte ajuda a tirar **adolescentes das ruas**: projeto Gepeto oferece aulas de canto, pintura, técnicas circenses e teatro a 50 meninos e meninas entre 10 e 18 anos.”

“**Adolescentes moradores das ruas, que perderam os vínculos familiares, vítimas potenciais da violência e do tráfico de drogas**, estão deixando as más companhias e participando de oficinas culturais financiadas pela Secretaria Municipal de Saúde. A galera tem aulas de canto, teatro, atividades circenses e pintura.”

“Elas são ministradas por quatro artistas e 15 multiplicadores, jovens da Vila Rica e do Jardim São Marcos que dominam a linguagem **dos adolescentes de rua** e conseguem despertar neles o interesse pelas atividades.”

“As atividades artísticas conseguem, gradativamente, mudar a personalidade **dos adolescentes das ruas**. – pediatra Sonia Ferarro.”

(Correio Popular, 02/02/2003)

“Um dos principais objetivos do órgão é cadastrar todos os artistas, inclusive **aqueles que trabalham em semáforos**.”

(CBM, 19/08/2003)

“David Miranda, **morador de rua**, estudou até a 6ª série. Faz malabarismo para sobreviver. ‘Engraxo, peço dinheiro, trabalho no sinal. Emprego é difícil, não chega ninguém para chamar pra trabalhar numa empresa ou numa firma’, diz.”

“O Pró-Jovem tem caráter emergencial, para atender a **uma parcela da população mais vulnerável, que tem poucas chances de conseguir um meio de sobrevivência**.”

(Jornal Hoje, 01/02/2005)

“Você reparou **a quantidade de pedintes nos semáforos da cidade**? E só aumenta. Somando aos vendedores de bala, distribuidores de panfletos, e aos que pedem apoio a campanhas beneficentes que nunca se sabe se são verdadeiras, os sinais estão virando uma muvuca só.”

(Correio Braziliense, 8/11/2002)

“Moradores de bairro nobre do Rio querem diminuir **número de mendigos e meninos de rua na região**.”

“A Secretaria Municipal de assistência social do Rio estima que, somente durante o verão, cerca de **1500 adolescentes e crianças vivam nas ruas da zona sul**.”

“A pasta informou que, atualmente, mantém **2473 pessoas que moravam nas ruas** em seus abrigos, como lares, centros de acolhimento e repúblicas. Segundo a acessória, não há dados disponíveis sobre **o total da população de rua da capital fluminense**.”

“A Prefeitura atualmente tem um projeto que está ajudando a **população que vive nas ruas** chamado Rede Acolhedora.”

“O programa consiste em acolher o **morador de rua** – seja ele criança, idoso ou adulto – em um centro de recepção.”

“No local, os agentes conhecem a **vida dos moradores de rua** e o ajudam na reinserção familiar, retorno à terra natal, prestam assistência jurídica em casos de violência e encaminham para hospitais ou para tratamento em caso de dependência química.”

“Os acolhedores circulam a pé pelas ruas. O trabalho se dá por rodízio em regiões de **maior concentração de população de rua**, como a própria zona sul, ale do centro e da zona oeste.”

“Nos últimos dois anos, a polícia do Rio de Janeiro tem feito operações esporádicas para retirar **mendigos, crianças e adolescentes das ruas** da zona sul da cidade.”

“Uma das ações aconteceu em novembro do ano passado, depois de sucessivos episódios de violência no Leblon como o **caso dos adolescentes assaltando motoristas em sinais de trânsito** e o arrastão contra turistas na praia.”

“Na ocasião, a Polícia Civil realizou a operação Turismo Seguro, que retirou **318 crianças e 25 adultos que viviam nas ruas** da zona sul e do centro.”

“A Associação de Moradores do Leblon, bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro, está organizando uma campanha para pedir às pessoas que circulam pela região que não dêem dinheiro, alimentos ou objeto para **mendigos e menores que vivem nas ruas**.”

(Folha de São Paulo, 08/01/2005)

“Um levantamento feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro com **meninos que trabalham nas ruas da cidade** desmonta a tese de que a falta de acesso à escola é um dos fatores que levam as crianças para rua.”

(Folha, 25/07/2004)

“O secretário de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo afirmou ontem que a Prefeitura vai iniciar em junho um programa para **a retirada de crianças que vendem mercadorias e pedem esmolas nos semáforos da cidade**.”

“A prefeitura estima que o número de **crianças e adolescentes trabalhando nos semáforos** esteja em torno de 3000.”

(Folha, 09/03/2005)

Sujeito e espaço se relacionam na linguagem, se textualizam na cidade:

Recorte 1:

Os meninos *do sinal*  
Estudantes e crianças *de rua*  
A garotada *da rua*  
Adolescentes *de rua*  
Adolescentes *das ruas*  
População *de rua*  
Meninos *de rua*  
Morador *de rua*  
O morador *de rua*

Recorte 2:

Crianças *na rua*  
Crianças *em sinais*  
Pedintes *nos semáforos* da cidade  
Adultos que viviam *nas ruas*  
População que vive *nas ruas*

O primeiro grupo de nomeações se caracteriza pela presença de *adjuntos adnominais*: complementos que caracterizam, especificam o nome. O segundo recorte traz nomes complementados por *adjuntos adverbiais*: circunstanciando, localizando indiretamente o nome. Indiretamente, pois o adjunto adverbial incide sobre um verbo intransitivo, que presente ou ausente, intermedia a relação entre o nome e o complemento *re-allocando* seus efeitos. Retomo a distinção que Orlandi (1983) propõe entre marcas e propriedades. Os adjuntos – adnominais e adverbiais – são *marcas, traços* da organização discursiva de onde podemos apreender *propriedades* da relação dessas nomeações com a exterioridade do discurso. Quais são as propriedades do *discurso sobre* quem está na rua? Como podemos compreender os efeitos de sentido produzidos pelos adjuntos?

Essas formas de nomeação expõem a forte relação entre o sujeito e os espaços da cidade: rua, sinal, semáforo. Os adjuntos significam o nome colando o sujeito no espaço. *De rua, da rua, das ruas. (Ad)juntam a falta. Ser da “rua [...] ser conhecido de todos; lugar habitual, imutável, ‘velho como as ruas’. Criança de rua. Privada de família. [...] Espaço que fica vazio. [...] Por metonímia designa o povo, conjunto de habitantes da rua”.* (Enciclopédia Discursiva da Cidade, 2003). Sujeito *no* espaço, sujeito *do* espaço. *Que fica vazio. Habitual. Imutável.* Que muda pela presença de um sujeito. Podemos distinguir duas propriedades dos adjuntos nessas nomeações: uma relação de pertencimento (*da rua*), outra de

circunstancialidade (*na rua*). E vem junto com o nome a marcação do sujeito sem (*outro*) lugar: estar *na* rua, ser *da* rua. A rua é o seu lugar.

Retomando as montagens de imagens, podemos perguntar como as relações de pertencimento e circunstancialidade significam nesse *zoom*.

Foco em modos de circulação:



O semáforo traz diferentes modos de significação para o sujeito na cidade. O sinal verde abre passagem (para os carros) e espera para os que aguardam uma brecha (atravessar, abordar, passar pela faixa, por entre os carros, exhibir-se). Num *flash* as cores se alteram, o amarelo aparece e se coloca como um intervalo *comum* nessa espera, um momento disputado por motoristas, pedestres, pedintes, vendedores, artistas, trabalhadores. Sinal fechado, vermelho: pedestres passam por ele, garotos que estão no cruzamento ocupam seus espaços, se exibem. Os pedestres passam por eles, os garotos. Eles, os garotos, *passam*. A diferença entre o sinal verde e o sinal vermelho é uma alternância na interlocução da espera: quem espera o quê? Há sujeitos que fazem da parada no trânsito um espaço de circulação de diferentes sentidos na faixa de pedestres. Os garotos-malabaristas *não* são pedestres, *não* atravessam a rua, eles *estão* na rua. Podemos dizer que *estar na rua* traz equivocadamente uma relação de pertencimento. Mas a rua é significada como um espaço de passagem, de trânsito, não de permanência. Meninos *na* rua são meninos *de* rua?

Recorte 3:

Aqueles *que trabalham* em semáforos  
A maioria das crianças *que trabalha* nas esquinas  
24473 pessoas *que moravam* nas ruas  
A população *que vive* nas ruas  
318 crianças e 25 adultos *que vivem* nas ruas

Mendigos e menores *que vivem* nas ruas  
População *que vive* nas ruas  
Crianças *que vendem* mercadorias e *pedem* esmolas nos semáforos da cidade  
Meninos *que estiverem* nos semáforos  
Meninos *que trabalham* nas ruas da cidade

Esse conjunto de nomeações tem como regularidade as *construções relativas determinativas* seguidas por *adjuntos adverbiais*. Chamo atenção, primeiramente, para a construção: “*Aqueles que* trabalham em semáforos”. Retomando a análise de Pêcheux (1975), podemos dizer que a partir de relativas determinativas do tipo “aquele que... / o que...” temos um “esvaziamento do objeto a partir da função” (p. 107), a determinação passa a remeter ao *indeterminado*, “*aquele que* se torna equivalente a *qualquer um que*”. Paráfrase que, na cidade, dá lugar ao comum, ao mesmo, ao muito: *excesso*. Aqueles que, qualquer um, todos. Lutando por significação no espaço urbanizado. Notemos que nas nomeações acima temos adjuntos adverbiais (nos semáforos, nas ruas, nas esquinas) trazendo para relação entre sujeito e espaço urbano a questão da *circunstancialidade*, da *provisoriedade*, é um *estar na rua*. Esse adjunto adverbial de lugar é uma possibilidade sintática dos verbos *trabalhar*, *morar*, *estar*, *viver*, *vender*, *pedir* e uma exigência política da urbanização. Podemos dizer que essa colagem do sujeito no espaço é a forma urbanizada de significação do sujeito marginal-izado.

Faço um novo *zoom* de imagens que tem como foco o trabalho na rua.



Nesse conjunto vemos malabaristas, vendedores de bala, distribuidores de panfleto, limpadores de pára-brisa. Essa minha descrição das imagens nomeia o sujeito de modo diferente dos jornais. As matérias de jornal que compõem meu material de análise, em geral, não nomeiam o sujeito que está na rua trazendo os sufixos nominais *-or* (“agente, instrumento de ação”, Aurélio, séc. XXI) ou *-ista* (“que pratica certo ofício, tem certa ocupação”, Aurélio, séc. XXI). Dizer que quem está na rua é *trabalhador*, *vendedor*, *artista*, *malabarista* descola o sujeito do espaço, desdiz que ele é da rua dizendo que ele tem um trabalho (ainda que feito na rua). Fazer alguma coisa na rua é diferente de estar, ficar, na rua. Nunes (2001b), analisando os efeitos de uma placa (de trânsito) colocada num cruzamento de ruas com os dizeres “Não dê esmolas. Dê futuro” compreende que há um deslocamento da discursividade religiosa (dar esmolas) para um sentido administrativo-assistencial (dar futuro: oportunidade, emprego, estudo). Nunes analisa essa escrita nos cruzamentos e seus efeitos de *pós-escrito*. O espaço antes amontoado de sujeitos se mostra esvaziado pelos dizeres imperativos da placa: o discurso administrativo dissipa os sentidos de caridade e piedade, mas o espaço (e o dizer da placa) é reinterpretado fazendo emergir os sentidos de trabalho, mercadoria, diversão pela re-ocupação dos cruzamentos através de atividades como venda, panfletagem, malabares. Relacionando essas compreensões com as nomeações desses sujeitos, podemos dizer que os sentidos do urbano mostram uma *equivocidade* em reformulações do tipo:

A maioria das crianças que trabalha nas esquinas/ Os trabalhadores  
População que vive nas ruas/ Os habitantes  
Meninos que estiverem nos semáforos/ Os passantes, os transeuntes  
24473 pessoas que moravam nas ruas/ Os moradores

Não há como significar o sujeito que está na rua sem dizer onde ele está. As denominações podem ser formuladas como:

Os trabalhadores *das* ruas  
Os habitantes *das* ruas  
Os moradores *das* ruas

mantendo, assim, a especificidade dos sujeitos marginal-izados.

Mas, quando substituímos os adjuntos adnominais (que têm como propriedade estabelecer uma relação de pertencimento do sujeito com a rua) por adverbiais (que produzem um efeito de provisoriedade na relação sujeito-rua):

Os trabalhadores *nas* ruas  
Os habitantes *nas* ruas  
Os moradores *nas* ruas

as relações urbanas se confundem, os espaços não se delimitam bem, apagam-se as diferenças entre pedintes e trabalhadores, entre mendigos e moradores. E a língua textualiza essas diferenças, mostrando que determinadas funções – sintáticas – só podem ser exercidas por determinados sujeitos – urbanos, *urbanizados*: *trabalhadores*!

Coloco a questão dos modos de significação, para a cidade, da permanência desses sujeitos na rua. O urbano tenta conter o sentido da rua enquanto lugar para o sujeito e a cidade resiste, o sujeito resiste *ficando na rua*. Mas como?

Recorte 4:

Crianças *pedindo* dinheiro nas esquinas  
Adolescentes *assaltando* motoristas em sinais de trânsito  
Crianças e adolescentes *trabalhando* nos semáforos e ruas

Podemos dizer que o gerúndio se mostra como uma regularidade importante para compreendermos a tensa relação entre pertencimento e circunstancialidade do sujeito nas ruas. É interessante notar que esse gerúndio textualiza um modo de marcar a *temporalidade*, uma duração repetida, uma continuidade: são crianças e adolescentes *pedindo*, *trabalhando*, *assaltando*. A temporalidade e a espacialidade do sujeito são construídas pela nomeação configurando uma determinada relação do *urbano* com a cidade. O tempo caracteriza o sujeito pela possibilidade de repetição, recorrência, reincidência: *reincidente*. Mas o espaço o significa como circunstancial, provisório (*nas esquinas, em sinais de trânsito, nos semáforos e ruas*). Esse jogo entre tempo e espaço constitui urbanamente o sujeito na cidade. O sujeito que está na rua é conformado e repellido pelo discurso da urbanidade. O sujeito como margem na rua é significado como um cenário, já urbano, às vezes por resolver.

Mas a possibilidade do deslize entre adjuntos adnominais (pertencimento) e adjuntos adverbiais (circunstancialidade) mostra a polissemia do espaço da rua e desloca a inscrição do sujeito marginal-*izado* no urbano. É dessa forma, numa relação tensa com o espaço, que ele é administrado e escapa à urbanização. Por estar *na rua*, por ser *da rua*, é que o sujeito é marginal-*izado*. E ao mesmo tempo, é por ser marginal-*izado* que o sujeito está *na rua*, é *da rua*! A circularidade da definição permite que a presença/permanência do sujeito na rua coloque em causa a maneira urbanizada de lidar com o social. Com esta análise vemos que

o processo de nomeação do sujeito que está na rua constrói *equivocamente* uma relação com o *espaço urbano*. O sujeito no *meio* da rua ressoa outros sentidos de *margem*. Estando na rua, ele é afetado pelos sentidos urbanos para a rua (a rua como lugar de passagem) e também – *as imagens saltam aos olhos!* – ele afeta a rua com sua presença (a rua é um lugar para o sujeito). As imagens da cidade nos confrontam com a permanência do sujeito na rua: alguns passam pelas ruas ficando e nos mostram que *estar na rua* é compor a cidade e o urbano!

## VI. CRUZAMENTOS

Vimos que o espaço da rua traz em suas materializações uma tensão entre ir e ficar, entre circular e passar, entre morar e atravessar. A análise das imagens dos cruzamentos na relação que propus com as nomeações e definições do sujeito que está na rua mostra que a cidade re-interpreta os espaços urbanizados como espaços de *entre-meio*. Cruzamento: espaço de *so-ci-abili-dade*. Os equipamentos da urbanidade (calçadas, guias, faixas, semáforos) significam a rua como espaço de circulação. E o funcionamento que pudemos compreender da cidade diz que esse sentido fica entremeado com outros: espaço de permanência, moradia, trabalho, *sobre-vivência*. Do ponto de vista discursivo, podemos pensar aí uma relação da cidade enquanto dispersão com o efeito de unidade *im*-posto pelo urbano. Trabalhamos a cidade como texto, formulação que “representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas (bordas) possíveis” (Orlandi, 2001c: 93). Possíveis pois podem ser outras. São outras: o sujeito ressignifica as margens da cidade, se ressignifica enquanto *meio* da cidade. Permanece, *habita* o espaço com seus nomes, seus atos, seu corpo.

A consideração da dispersão do sentido e do sujeito é ponto fundamental para o trabalho discursivo. Se a materialidade do significante coloca limites (não é qualquer sentido que faz sentido), ela também dá brechas (o não-sentido, atado ao corpo da história, pode vir a fazer sentido). Na reflexão sobre a cidade, o urbano busca concentrar esse movimento de sentidos e sujeitos em organização, impondo suas técnicas ao cotidiano das relações cidadinas. Mas a cidade tem seu funcionamento, sua ordem própria que *reinterpreta em social* o já-interpretado pelo urbano. O jogo dos sentidos se refaz no embate com a cidade, o sujeito disputa seus espaços desviando do imaginário urbano, se ancorando na possibilidade da diferença que o social instala.

Trabalhando na materialidade dos discursos sobre a cidade pude compreender um seu real, um *prisma* dos sentidos de social que a cidade textualiza. O modo urbano de significar a cidade busca diminuir a diferença como se fosse uma questão de *quantidade de desigualdade*. A diferença é significada a partir de uma memória que se funda sobre a *negação da igualdade*: des-igualdade. Discursivamente consideramos a busca pela igualdade um engodo social: instituída pelo modo de produção, ela não se desfaz em nenhum outro lugar (cf. Lagazzi, 1988: 41). O modo de organização capitalista fala em *desigualdade social* falando na *necessidade de equacioná-la*, mas sua manutenção é uma condição estruturante da atual forma social. O sentido sedimentado pela noção de desigualdade apaga, do nosso ponto de vista, o conflito, a diferença, o confronto constitutivos. Na cidade, o urbano metaforiza o social como uma questão a resolver. Discursivamente, pensamos o social como aquilo que *faz questão!* Uma demanda por *alocamento* na reflexão sobre a cidade. Efeito da relação que se estabelece com a diferença: *social* enquanto possibilidade da formulação de outro, da formulação da margem. Deslocando da pergunta pela *desigualdade social* podemos compreender o social na *formulação da diferença* (Lagazzi-Rodrigues, 2006). E a cidade é o espaço dessa formulação: “so-ci(e)dade”, como elabora Orlandi (2003). Uma contradição que se des-espacializa na delimitação de lugares para o sujeito: no sujeito fora do lugar, sem lugar. E se re-corporifica quando ele faz da rua o seu lugar.

Cruzando as compreensões de que o social na cidade funciona nos textos da lei e de políticas públicas assistenciais como adjunto, *a-mais*, produzindo um efeito de (sua) falta e a análise das imagens dos entre-meios da cidade que nos mostram a *presença* do sujeito na rua, arrisco dizer que a *interferência* rege a formulação do social na cidade. Não é a reflexão, a simetria, o retorno sobre si. É o retorno sobre o modo de se subjetivar na cidade. Penso que a *refração*, a *difração* são formas interessantes de compreendermos essa relação: o social atravessa a cidade e *desvia* em sua materialidade, toma outro rumo, se divide, difrata; o real da cidade o modifica, refrata, lhe dá (outra) forma, formas possíveis nessa nossa história e também formas que estão por vir. O fato de sujeitos permanecerem em espaços significados como de passagem movimentam os sentidos do urbano: nos diz que sua (do sujeito e do urbano) presença ali, no meio da rua, é equívoca. É a ordem da cidade que desestabiliza tanto o sujeito quanto o urbano, a ordem da cidade impõe um funcionamento social, produz espaços de textualização da diferença mesmo quando contida.

Nesse meu percurso, o conceito de *texto* se mostrou fundamental. Trabalhar a cidade enquanto texto possibilitou um trânsito nas diferentes materialidades, uma relação de contradição entre língua, imagem e margem: *linguaima(r)gem*, intrincadamente. É assim que o simbólico faz a cidade significar; o sujeito aí também forja seus espaços, seus sentidos. Reformulando um verso da música “Casa Cheia” dos Detentos do Rap, eu diria que bem no meio da cidade *dá e não dá* pra ver. O olhar se estilhaça, se esquiva. Refrata o modo como o urbano textualiza o social: o pedinte, o vendedor, o morador, o trabalhador de rua ressignificam a técnica estendendo os sentidos de margem nos cruzamentos da cidade, transbordando os modos de estar na rua.

A noção de *prisma* como real da cidade (Orlandi, 2003) traz novamente um sentido interessante: a cidade possibilita a distração, a desatenção, a *desconcentração* (Orlandi, 2003); seus sentidos vão se confundindo. A rua é uma formulação urbana passível de metáfora. A rua é casa, via, saída, futuro, caminho, sina, acesso, nexo... E quem está na rua se metaforiza junto com ela: pedestre, passante, marginal, carente, pedinte, morador, trabalhador, artista, manifestante, rueiro... Esses sentidos se recobrem, convivem: contraindo e distraíndo cada um a memória do outro.

A materialidade da cidade ainda nos coloca muitas questões. Neste trabalho, recortei uma maneira de olhar para o social na cidade na imbricação da língua com a imagem, do espaço com o sujeito, do institucional com o cotidiano. Mas circulando pela cidade, o olhar passeia diferente, vira para ver os ruídos. Ou só escuta e sente, vive as sobreposições. O que os sons urbanos podem nos dizer sobre a cidade? Buzina, trem, avião, trânsito, carro batendo, carro passando, derrapando, ligando, sirene, *spray*, britadeira, *skate*, bicicleta, moto, passos, chuva, vento, saltos, falas, gritos, jogos infantis, passarinhos. Materialidade transbordando poesia:

A cidade PULSA *repulsa* PULSA *repulsa*  
PULSA *repulsa* PULSA *repulsa*  
A cidade *ex*PULSA  
A cidade PULSA *repulsa* PULSA *repulsa*  
PULSA *repulsa* PULSA *repulsa*  
A cidade *EX**repulsa*  
(José Moraes Barbosa, *O panfletário*)

Debaixo da Marquise

no meio fio da avenida naquele canto  
com aquele canto de todo dia  
de todo

a moça passa  
                  o guarda bate  
a crente chora  
                  a criança pede  
o cachorro lambe  
no canto o mendigo  
e a ferida  
bebem toda a cidade.

(Carlos Nepomuceno, *No açúcar da tarde*)

Essa pulsação, esse canto da cidade na história tem muito a nos dizer!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, J e LALA M. C. (org.) **Figures d'ajout: phrase, texte, écriture**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2002.
- CALVINO, I. (1972) **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- COELHO, E. P. (1967) Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. Em: **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**, São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- COURTINE, J.J. (1981) Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. Em: **Revista Langages n.º. 62**, Paris: Larousse.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. (1972) **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- FEDATTO, C. Sinais, cruzamentos, ruas. Margens do sujeito no espaço urbano. Projeto de Mestrado Fapesp. **Inédito**, 2005.
- FERREIRA, A. B. H (1999) **Novo Aurélio século XXI: O dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FERREIRA, M. C. L. (1993) A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). Em: ORLANDI, E. (org.) **Discurso fundador**, Campinas: Pontes, 2003.
- FOUCAULT M. (1969) **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GADET, F. e HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- GALLO, S. Subsídios para uma Análise de Discurso de divulgação científica. **8º Celsul**, 2004.
- GUIMARÃES, E (1995) **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.
- HAROCHE, C. (1975) **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

- HENRY, P. (1990) Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Em: Gadet, F.; Hak, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. Unicamp, 1997 (3ª edição).
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**.
- LAGAZZI, S. (1988) **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. (1998) **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. (2003) Percursos que se cruzam. Leituras que se abrem. Em: ORLANDI, E. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. (2005) A prática do confronto com a materialidade significante: um desafio. Em: Guimarães, E. e Brum, M. (org.) **Sentido e memória**, Campinas: Pontes, 2005.
- LAGAZZI-RODRIGUES (2006) A crítica social em Tereza. Na conjunção de diferentes materialidades. **Anpoll 2006**, GT de Análise de Discurso.
- LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M. e GRUPO DOZE (2003) **Do fragmento à situação: anotações sobre a subjetividade contemporânea**. Tradução inédita de Maria Onice Payer e Romualdo Dias, 2006.
- MAINGUENEAU, D. (1984) **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- NUNES, J. H. O espaço urbano: a ‘rua’ e o sentido público. Em: Orlandi, E. (org.) **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006a.
- NUNES, J. H. (2006b) Escrita e subjetivação na cidade. Em: MARIANI, B. (org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**, São Carlos: Ed. Claraluz, 2006.
- ORLANDI, E. (1983) **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? Em: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos, 10).
- ORLANDI, E. (1992) **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- ORLANDI, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Em: **Revista Rua nº. 01**, Campinas: Labeurb/ Nudetri/ Unicamp, 1995.
- ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. N/O limiar da cidade. Em: **Revista Rua nº. especial**, Campinas: Labeurb/ Nudetri /Unicamp, 1999.

- ORLANDI, E. (1999) **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001a.
- ORLANDI, E. (org.) **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001b.
- ORLANDI, E. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2001c.
- ORLANDI, E. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. e RODRIGUES-ALCALÁ, C. A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico – CAeL. Projeto Temático Fapesp. Em: **Escritos nº. 08**, Labeurb/ Nudecri/ Unicamp, 2004.
- ORLANDI, E. (2004) A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico – CAeL. Relatório científico parcial do Projeto Temático Fapesp. Campinas: Labeurb, pág. 06 – 16. **Inédito**.
- PAYER, M. O. (1996) Retrospecção e estereotipia. Imagens urbanas sobre o campo. Em: **Revista Rua nº. 02**, Campinas: Labeurb /Nudecri/ Unicamp, 1996.
- PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso. Em: GADET, F. e HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, ed. 1997.
- PÊCHEUX, M. (1978) Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação Em: Pêcheux, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX M. (1982) Ler o arquivo hoje. Em: Orlandi, E. (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. (1983) **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. (1977) Há uma via para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo? Em: **Escritos nº. 03**, Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1998.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F (1981) **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.
- PFEIFFER, C. Sentidos na cidade: clichê e sujeito urbano Em: **Revista Rua nº. 03**, Campinas: Labeurb /Nudecri/ Unicamp, 1997.
- RODRIGUES-ALCALÁ, C. A cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço em: **Escritos nº. 06**, Labeurb /Nudecri/ Unicamp 2002.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**, São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1999a.
- ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência em: **São Paulo em Perspectiva, vol. 13 (4)**, 1999b.

- ROLNIK, R. Governar as metrópoles: dilemas de recentralização em: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14 (4), 2000.
- SCHALLER, J.-J. Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée. **Comunicação apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, nov. 2001 (xerox).
- SENNETT, R. (1989) **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras.
- SITTE, C. (1992) **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ed. Ática.
- VERNANT, J-P. (1963) Héstia - Hermes. Sobre a expressão religiosa do espaço e do movimento entre os gregos. Em: **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VERNANT, J-P (1964) Espaço e organização política na Grécia antiga. Em: **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ZOPPI-FONTANA, M. (2005) Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. Em: Guimarães, E. e Brum, M. (org.) **Sentido e memória**, Campinas: Pontes, 2005.

## ANEXO – FONTES DE CONSULTA PARA COMPOSIÇÃO DO CORPUS

### **Campanhas e projetos**

Site da Prefeitura Municipal de São Paulo ([www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)).

### **Leis**

Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social;

Lei Municipal nº. 12.316, de 16 de abril de 1997 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo;

Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

### **Matérias de jornal**

Arquivo on-line da *Folha de São Paulo* ([www.folha.com.br](http://www.folha.com.br));

Arquivo on-line do *Correio Popular* ([www.cpopular.com.br](http://www.cpopular.com.br));

Hemeroteca da *Biblioteca do Centro de Memória/ Unicamp*  
(<http://www.centrodememoria.unicamp.br/>);

Hemeroteca do *Centro de Documentação Urbana* do Laboratório de Estudos Urbanos/  
Unicamp ([www.labeurb.unicamp.br/hemeroteca.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/hemeroteca.htm)).

### **Imagens**

Exposição de Fotografias *Corpos/Fluxos/Rastros* (Daniel Ryo e André Louzas) Galeria de Arte da Unicamp (de 18 de fevereiro a 03 de março de 2004);

Hemeroteca da *Biblioteca do Centro de Memória/ Unicamp*;  
(<http://www.centrodememoria.unicamp.br/>);

Hemeroteca do *Centro de Documentação Urbana* do Laboratório de Estudos Urbanos/  
Unicamp ([www.labeurb.unicamp.br/hemeroteca.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/hemeroteca.htm));

Diretório de imagens do site de buscas *Google*;

Fotografias pessoais.